

XIV Congresso do **SISMMAC** 26 e 27 de junho

Em defesa da
educação pública



SISMMAC

XIV CONGRESSO DO SISMMAC

CADERNO
DE TESES

APRESENTAÇÃO	05
TESE I – XIV CONGRESSO DO SISMMAC – DIREÇÃO	06
I. ANÁLISE DE CONJUNTURA	07
II. ANÁLISE DO MOVIMENTO SINDICAL.....	26
III. PLANO DE TRABALHO DO SINDICATO	33
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	51
TESE DO COLETIVO DE OPOSIÇÃO JUNTOS SOMOS MAIS FIRMES!.....	53
I. ANÁLISE DE CONJUNTURA	54
II. ANÁLISE DO MOVIMENTO SINDICAL.....	64
III. PLANO DE TRABALHO DO SINDICATO	73

Expediente



SISMNAC

Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba

Rua Nunes Machado, 1644 • Rebouças • Curitiba - PR
CEP: 80.220-070 | Telefone: (41) 3225-6729
Lista transmissão: (41) 99737-2120

Direção e Conselho Fiscal: Angela Maria da Silva, Angela Maria de Castro, Cassia Machado Quintino dos Santos, Claudia Senra Caraméz, Claudia Simoni da Silva, Clayton Jhonatas Padilha, Diana Cristina de Abreu, Doris Brephol, Eliane Aparecida Malaquias Breda, Emilene Collect, João Paulo de Souza da Silva, Jokasta Pires Vieira Ferraz, Jussimara Rodrigues de Almeida, Kathleen Schmidlin Marczynski, Lilian Messias Sampaio Brito, Lucyene Pereira Brasiliense Ganz, Marcela Alves Bomfim, Marcos Pereira, Mariana Vanhoni Aronson Cornehl, Marina de Godoy, Michele Cristina da Costa, Suzana Pivato, Tânia Izolina Chupel Zene Ribeiro, Tatiane Patricia Teixeira Jordão, Tatielle Balbinot de Carvalho, Vanessa Ascensão Monteiro, Willian Ricardo de Castro.

Apresentação

O XIV Congresso do SISMMAC acontece em um contexto profundamente marcado pelas contradições do nosso tempo. De 2023 a 2025, a educação pública brasileira continuou a ser palco de disputas intensas entre projetos de sociedade. Se, por um lado, o país superou um ciclo de autoritarismo explícito com a derrota eleitoral de Bolsonaro, por outro, as estruturas que sustentam a precarização do trabalho docente, o desmonte dos serviços públicos e o avanço da lógica ultraliberal seguem intactas — e, em muitos casos, aprofundadas nos territórios e nas políticas locais.

Curitiba expressa esse conflito de forma emblemática. Após anos de congelamento da carreira, retirada de direitos e desvalorização sistemática do magistério, a luta coletiva da categoria recolocou o sindicato como instrumento central de resistência e de construção de propostas. As greves históricas de 2022 e 2023 abriram caminho para conquistas importantes: a recomposição parcial da carreira, a ampliação do vale-alimentação e a realização

do concurso público, com mais de 1.800 profissionais convocados. Mas os desafios permanecem — e se intensificam diante da tentativa da Prefeitura de consolidar um modelo gerencial de educação que sufoca a autonomia, reprime o debate pedagógico e precariza a profissão.

Este caderno de teses apresenta o acúmulo das lutas recentes, a análise das conjunturas que nos atravessam e um plano de ação política e sindical conectado às urgências do presente e às possibilidades de futuro. As teses aqui sistematizadas refletem a escuta da base, o diálogo com os coletivos, o enfrentamento às pautas autoritárias e a defesa intransigente da escola pública como espaço de liberdade, justiça social e formação crítica.

Mais do que um documento de balanço ou de reivindicações, esta tese é uma declaração de projeto. Um projeto de sindicato combativo, acolhedor, democrático e presente; de escola pública viva, inclusiva e emancipadora; de sociedade construída coletivamente com as trabalhadoras e os trabalhadores da educação como protagonistas.

Tese I

XIV

**CONGRESSO
DO SISMMAC**

- DIREÇÃO -

XIV Congresso do SISMMAC – Direção

I. Análise de conjuntura: do chão da escola às disputas globais

1.1. O chão da escola como ponto de partida e de chegada

O Brasil não é o mesmo de dez anos atrás. Curitiba também não. O país enfrentou uma tentativa de ruptura democrática após uma pandemia devastadora, viu ascender a extrema-direita ao poder e experimenta agora um processo ainda frágil de reconstrução institucional.

A cidade, que um dia foi

referência de políticas públicas urbanas e sociais, hoje representa um projeto de desmonte silencioso e tecnocrático dos serviços públicos. Apesar da propaganda oficial da Prefeitura, a educação tem sido tratada mais como gasto do que como investimento. Nesse cenário, o cotidiano das escolas da Rede Municipal de Ensino de Curitiba se tornou uma espécie de termômetro da crise social, política e econômica que atravessa o país.

Para professoras e professores

da RME, o impacto dessas transformações não é abstrato: ele se materializa todos os dias nas salas de aula superlotadas, na jornada de trabalho esgotante, nos salários defasados, na ausência de apoio institucional e na falta de políticas concretas de valorização.

O esvaziamento do sentido do trabalho docente não se dá apenas pela sobrecarga, mas por uma sensação persistente de que o que se constrói na escola pública é constantemente deslegitimado, questionado e atacado — por dentro e por fora.

Em poucos locais é possível identificar isso tão nitidamente como no chão da escola. É a partir dele que se percebe como as escolhas políticas feitas no Palácio 29 de Março, na Câmara Municipal, na Assembleia Legislativa, no Congresso Nacional ou nas cúpulas do sistema financeiro global reverberam diretamente na vida de quem educa e de quem aprende. Falar de conjuntura internacional, de economia e de geopolítica não é um exercício teórico: é uma necessidade para entender por

que há menos recursos para a educação, por que faltam profissionais nas unidades, por que o adoecimento docente se tornou regra e por que se naturalizou a precarização do trabalho docente e da vida dos aposentados.

No mundo pós-pandemia, a promessa de que sairíamos “melhores” ou “mais solidários” deu lugar a uma aceleração ainda maior das desigualdades. A crise econômica global foi acompanhada pela intensificação do ultraliberalismo, da financeirização dos bens públicos e do avanço de projetos autoritários. A educação pública, especialmente a básica, tornou-se alvo direto desses projetos — seja como espaço a ser privatizado, seja como lugar a ser silenciado.

A pandemia também reforçou as desigualdades dentro da própria rede: professoras e professores tiveram que improvisar estruturas pedagógicas sem formação nem condições técnicas, usando seus próprios recursos, enquanto lidavam com o medo, o luto e a instabilidade emocional. A isso

se somaram os efeitos de uma lógica institucional que empurrou responsabilidades para as equipes escolares sem garantir, em contrapartida, qualquer suporte efetivo. Ao mesmo tempo, a Lei 173 de 2020, imposta pelo governo Bolsonaro impediu que esse período da pandemia fosse contado para efeitos de carreira e licença prêmio, trazendo prejuízo nos valores dos benefícios previdenciários.

O extremismo político, embora temporariamente derrotado nas urnas, não desapareceu. Ao contrário: ele se enraizou no discurso de setores da sociedade, com impacto direto na escola. As práticas pedagógicas passaram a ser vigiadas, tensionadas e, em alguns casos, criminalizadas.

O magistério enfrenta um crescente número de denúncias infundadas, a hostilidade por parte de famílias, o desrespeito à autonomia docente e a desconfiança em relação ao papel social da escola pública. Para as mulheres, que são a imensa maioria na rede, esse cenário é

ainda mais grave: aumentam os relatos de assédio moral, de violência institucional e de tentativas de desqualificação profissional. A escola, que deveria ser espaço de emancipação, se vê cada vez mais pressionada por lógicas de controle, de vigilância e de reprodução de desigualdades.

Esse contexto gera instabilidade não apenas administrativa, mas também subjetiva. Como ensinar em um ambiente que não confia no trabalho de quem ensina? Como dialogar com famílias capturadas por discursos autoritários e desinformados? Como formar crianças e adolescentes para a democracia se a própria escola tem seu papel social constantemente questionado? Não se trata de nostalgia por um passado idealizado, mas da constatação de que os riscos à educação pública e ao trabalho docente se aprofundaram — e que enfrentá-los exige mais do que resistência: exige organização, denúncia, estratégia e projeto.

Diante de uma crise que é econômica, política, social,

ambiental e, sobretudo, civilizatória, reafirmar a luta por direitos é um ato de coragem coletiva. Reivindicar carreira, salário, jornada justa, condições de trabalho, saúde, democracia e respeito não é defender privilégios: é garantir a possibilidade de continuarmos existindo como educadoras e educadores. É defender um projeto de educação pública que forme sujeitos críticos, que promova igualdade e que reconheça a escola como um dos últimos territórios de encontro e transformação em uma cidade cada vez mais marcada pela exclusão.

Por isso, é tão importante conhecermos as dores, as ausências e as esperanças das professoras e dos professores da RME. E, a partir delas, compreender as causas dessa crise e afirmar que, apesar do cenário adverso, há caminhos possíveis — desde que sejam coletivos, comprometidos com o interesse público e enraizados no cotidiano de quem está na linha de frente da educação pública de Curitiba.

Isso também vale para as aposentadas e os aposentados, que seguem sendo parte viva da nossa categoria e da história da escola pública na nossa cidade. Ignorar suas trajetórias, seus direitos e o impacto das políticas de desvalorização após a aposentadoria é romper com o princípio de continuidade e pertencimento que sustenta nossa luta coletiva. Defender a educação pública também é defender a dignidade de quem já a construiu.

1.2 – O mundo que nos atravessa: crise global, extremismo e o ataque ao serviço público

A precarização que atinge as escolas de Curitiba não nasceu aqui. Ela é parte de um movimento mais amplo, que atravessa fronteiras e vem sendo sistematicamente imposto aos países do Sul global. A destruição dos direitos sociais, a transformação da educação em mercadoria, a deterioração das condições de trabalho no serviço

público e a instabilidade política são sintomas de uma crise global mais profunda. Não se trata apenas de um ajuste local, mas de um modelo de mundo que está ruindo — e que tenta sobreviver à custa da nossa dignidade.

O planeta vive um processo prolongado de crise sistêmica. A desigualdade social cresce de forma acelerada. O capital financeiro controla a maioria das decisões econômicas, submetendo as políticas públicas ao objetivo exclusivo de garantir lucros aos mais ricos. Enquanto isso, o discurso da austeridade é utilizado para justificar cortes em educação, saúde e previdência. Essa financeirização da vida impacta diretamente o trabalho docente — não apenas por limitar recursos, mas também por impor uma lógica gerencialista que reduz a escola a metas de desempenho, produtividade e resultados mensuráveis, ignorando sua função social, pedagógica e humana.

Da mesma forma, também atinge em cheio a vida das aposentadas e dos aposentados,

que veem seus proventos corroídos por reformas regressivas e cortes orçamentários, enquanto o acesso a direitos essenciais, como saúde e previdência, se torna cada vez mais precário. O que deveria ser uma fase de reconhecimento e tranquilidade é, para muitos, um prolongamento da luta por dignidade.

No Sul global, especialmente na América Latina, essa crise não chega de forma neutra: ela é acompanhada de ataques ferozes ao funcionalismo público, criminalização de movimentos sociais, desvalorização de servidoras e servidores e privatizações em série. Trata-se de um projeto de “modernização” destrutiva, que apresenta a precarização como inovação e o desmonte como solução. Em Curitiba, esse modelo tem nome: é o projeto de cidade aprofundado nas gestões Greca, onde direitos foram tratados como gastos, professoras e professores como despesas, e a escola pública como obstáculo a uma gestão que só valorizava o que poderia ser

controlado e medido.

Esse cenário é agravado por um fenômeno que se repete em diversas partes do mundo: o crescimento do extremismo político como forma de reação oportunista à crise do próprio sistema. Sem um projeto real para melhorar a vida das pessoas, a extrema-direita aposta na criação de inimigos imaginários, no medo como método e no ódio como linguagem. Não é coincidência que, nos últimos anos, tenham crescido os ataques à liberdade de cátedra, às políticas de inclusão, à diversidade e às práticas pedagógicas que promovem o pensamento crítico. Não é à toa que o magistério tem sido alvo prioritário desses ataques.

“Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda” — uma reflexão que ajuda a compreender por que Paulo Freire, com sua pedagogia emancipadora e sua defesa intransigente da consciência crítica, se tornou alvo preferencial dos extremistas. Eles não atacam apenas o educador, mas tudo o que ele representa:

a possibilidade de que a escola forme sujeitos capazes de questionar, propor e transformar. Atacar Freire é uma tentativa de esvaziar a educação como prática libertadora, substituindo-a por uma formação acrítica, domesticadora e alinhada a um projeto de sociedade excludente e autoritária. O extremismo precisa disso para sobreviver.

A eleição de Trump em 2025, com um programa ainda mais radical que o anterior — incluindo políticas de medo e deportações em massa —, a ascensão da extrema-direita na Argentina, na Itália e em outros países europeus são parte dessa mesma engrenagem. São projetos que oferecem respostas fáceis a problemas complexos: culpam as professoras, os movimentos sociais, os imigrantes, a cultura, os direitos das mulheres, as políticas ambientais — tudo, menos os verdadeiros responsáveis pela crise.

A estratégia é evidente: desviar a atenção das causas estruturais da desigualdade e canalizar a

frustração da população para supostos “inimigos internos”. O resultado é a intensificação da violência institucional, o aprofundamento do racismo e da misoginia, e o enfraquecimento das instituições democráticas — inclusive da escola pública.

Para quem está na linha de frente da educação pública, isso se traduz em vigilância sobre o conteúdo das aulas, ameaças disfarçadas de denúncias “ideológicas”, hostilidade crescente de diversos setores da sociedade, e pressão para que a escola se torne espaço de doutrinação moralista e disciplinamento autoritário. Exatamente o oposto dos projetos pedagógicos aplicados por países com os maiores índices educacionais do planeta.

Em muitas escolas da RME, o medo passou a fazer parte da rotina. O medo de ser denunciada por abordar temas fundamentais. O medo de ser punida por exercer sua autonomia pedagógica. O medo de que a saúde mental entre em colapso sob o peso de tantas tarefas, tantas cobranças, tanta

ausência de suporte.

Esse contexto global se enraíza nas realidades locais e aprofunda o sofrimento das trabalhadoras e dos trabalhadores da educação. A retirada de direitos, a normalização da sobrecarga e o desmonte das políticas públicas não são acidentes ou desvios: são expressões de um projeto político e econômico que está sendo implementado em larga escala, com nomes, estratégias e interesses bem definidos. Por isso, a luta das professoras e dos professores da RME não é isolada: ela se conecta à luta de educadoras e educadores em todo o mundo que resistem à tentativa de transformar a escola em ferramenta de controle social e a profissão docente em mera prestadora de serviço barato e silencioso.

Resistir a esse projeto exige, antes de tudo, compreender sua lógica e seus tentáculos. Denunciar o extremismo é fundamental, mas é igualmente urgente desmascarar a base econômica e ideológica que o sustenta.

A educação pública é uma das poucas trincheiras onde ainda se disputa o futuro de forma coletiva, crítica e esperançosa. É por isso que ela incomoda tanto os que desejam um mundo onde a desigualdade seja naturalizada e a injustiça transformada em destino.

Defender a escola pública, nesse contexto, é defender o direito a outro futuro. Um futuro em que ensinar seja valorizado, em que aprender seja libertador, em que os direitos não sejam moeda de troca, mas garantias de dignidade. Um futuro em que as professoras e os professores não tenham que resistir sozinhos, mas possam contar com uma comunidade escolar e uma sociedade que os reconheçam como pilares do desenvolvimento e do bem comum.

1.3 – Brasil: entre o alívio democrático e as armadilhas políticas

O governo Bolsonaro representou um dos períodos mais sombrios da história recente do Brasil. Sob uma retórica de

ruptura institucional e guerra cultural, promoveu retrocessos profundos nos direitos sociais, nas políticas educacionais, na proteção ambiental e no próprio Estado Democrático de Direito. O funcionalismo público foi sistematicamente transformado em inimigo, alvo recorrente de ataques. A Reforma da Previdência, aprovada com o apoio massivo do centrão e da extrema-direita, impôs impactos brutais às servidoras e servidores de todo o país – especialmente às mulheres da educação. Em Curitiba, a gestão Greca optou por aplicar sua versão de forma ainda mais cruel: aposentadas e aposentados passaram a ter 14% confiscados de seus proventos já a partir do que excede dois salários mínimos, enquanto servidoras e servidores da ativa foram obrigados a permanecer mais tempo em atividade para conseguir se aposentar. Esses são exemplos contundentes de como escolhas políticas locais aprofundaram, por decisão deliberada, um projeto de desvalorização do serviço público.

A derrota eleitoral de Jair Bolsonaro nas eleições de 2022 representou um alívio democrático para grande parte da população brasileira. Não foi uma simples troca de governo, mas a interrupção de um projeto autoritário que ameaçava as bases do Estado Democrático de Direito.

A tentativa de golpe no dia 8 de janeiro de 2023, com a invasão e depredação das sedes dos três poderes em Brasília, revelou o quanto a Democracia ainda segue sob ameaça no país. Naquele episódio, centenas de pessoas — estimuladas sistematicamente por discursos de ódio e desinformação — comprometeram o próprio futuro e, talvez, o de suas famílias, em nome de um projeto político sem qualquer compromisso com a vida ou com os direitos sociais. Enquanto isso, os grandes articuladores, financiadores e incentivadores desse movimento seguem ilesos, blindados por pactos de poder e, em muitos casos, ocupando cargos eletivos e conquistando ainda mais influência política.

Por isso, é fundamental repudiar

com dureza qualquer tentativa de anistiar os envolvidos na tentativa de golpe contra a Democracia. Não apenas aqueles que estiveram fisicamente em Brasília naquele dia, mas, principalmente, os que arquitetaram, financiaram, organizaram, estimularam, manipularam, acobertaram e promoveram as ações golpistas. O Brasil não pode repetir o erro histórico da Lei de Anistia de 1979, que colocou no mesmo patamar os que lutaram contra a ditadura e os que a sustentaram com violência, tortura e mortes. Aquela decisão nos deixou reféns do entulho autoritário por décadas, permitindo que os militares mantivessem privilégios, poder político e imunidade diante de seus crimes. Se hoje a democracia brasileira ainda é frágil, isso se deve, em parte, a esse pacto de silêncio e impunidade. Não podemos permitir que o mesmo se repita. É necessário que os responsáveis pelos ataques às instituições e à Constituição respondam por seus atos — independentemente do cargo, da farda, do sobrenome ou

do capital político que possuam.

A eleição de Lula em 2022 não foi apenas a vitória de uma candidatura. Foi o resultado de uma mobilização social ampla e plural, que se opôs ao autoritarismo, à destruição ambiental, ao desmonte das políticas públicas e à naturalização da violência institucional. Essa mobilização impediu a continuidade de um governo de traços extremistas e abriu espaço para uma tentativa de reconstrução democrática.

Ainda assim, o país que emergiu daquelas eleições permanece profundamente fragmentado, e a correlação de forças no Congresso Nacional expressa essa tensão. A presença majoritária de partidos do centrão, da direita tradicional (cada vez menos expressiva) e da extrema-direita impõe limites reais à reconstrução das políticas públicas, especialmente na educação.

Bolsonaro foi derrotado nas urnas, está inelegível e pode/deve ser responsabilizado criminalmente por sua participação na tentativa de golpe de Estado. Mas o

bolsonarismo — consolidado como um movimento político real e representativo — fincou bases sólidas na sociedade e seguirá, por muito tempo, ameaçando a sobrevivência da nossa já frágil Democracia.

Esse cenário ajuda a explicar por que o novo Governo Federal optou por uma política de conciliação institucional. A necessidade de garantir estabilidade, aprovar medidas mínimas de governabilidade e evitar novos surtos golpistas impôs um freio à ousadia transformadora. O resultado é um governo que, apesar dos avanços importantes na economia, na geração de emprego e renda, no combate à fome e na retomada de políticas sociais, ainda enfrenta dificuldade em transformar essas melhorias em percepção social ampla. O debate político, dominado por narrativas polarizadas e por uma imprensa ainda muito vinculada ao rentismo, captura a atenção da sociedade e dificulta a construção de um consenso em torno da valorização do serviço público

como eixo do bem-estar coletivo.

Além disso, setores importantes da sociedade — inclusive dentro das forças progressistas — continuam operando com práticas e visões de mundo muitas vezes desconectadas da realidade concreta da maioria da população. Falta escuta e mediação para o enfrentamento coletivo dos desafios vividos no cotidiano das periferias, das escolas, das unidades de saúde e das instituições públicas em geral.

Enquanto isso, a agenda econômica permanece sob forte influência de setores privilegiados. O chamado “arcabouço fiscal”, apresentado como substituto do teto de gastos do ilegítimo governo Michel Temer, mantém a lógica de compressão dos investimentos sociais em nome de uma “responsabilidade fiscal”. Enquanto isso, privilégios financeiros, isenções bilionárias e lucros recordes de setores rentistas permanecem intocados — reproduzindo a lógica que continua exigindo o sacrifício das servidoras e dos servidores públicos, das trabalhadoras e

dos trabalhadores pobres, e da população mais vulnerável.

A política educacional ainda não ocupa a centralidade estratégica que o momento exige. O silêncio sobre os direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores da educação básica, especialmente nas redes municipais, evidencia o quanto o pacto de reconstrução segue subordinado a uma lógica que evita enfrentar os verdadeiros entraves à justiça social.

A desmilitarização simbólica da política, expressa na retomada do diálogo, da civilidade e da linguagem democrática nas instituições, é um avanço necessário. Mas reverter a lógica do medo e do autoritarismo, que penetrou as estruturas do Estado e o cotidiano da vida social, ainda é uma tarefa em aberto.

Na prática, o novo ciclo político convive com a chantagem permanente do mercado, dos meios de comunicação hegemônicos — que já trabalham na construção de uma candidatura que represente seus interesses — e de um Congresso majoritariamente

fisiológico. A reconstrução democrática, embora real e importante, opera sob amarras que limitam qualquer transformação estrutural mais profunda.

Para a educação pública, isso significa que, apesar da mudança de clima institucional, as estruturas que produzem precarização, desvalorização e esvaziamento da escola como espaço de emancipação seguem em funcionamento. O enfrentamento dessas contradições será o verdadeiro teste para o campo progressista nos próximos anos — e os sindicatos, os movimentos sociais e a comunidade escolar terão papel decisivo nessa disputa.

1.4 – O Paraná e Curitiba no espelho da barbárie

Conjuntura estadual: a continuidade do radicalismo disfarçado de “gestão moderna”

No Paraná, o projeto bolsonarista não foi apenas mantido após as eleições de 2022 — ele foi aprofundado, com uma nova

embalagem. Ratinho Jr., que foi um dos governadores mais alinhados ao governo Bolsonaro, se esconde atrás de um verniz de independência política que serve apenas para encobrir práticas ainda mais radicais do que as executadas por gestores abertamente alinhados à extrema-direita, como os governadores de São Paulo, Goiás e Santa Catarina.

Ratinho Jr. adotou o discurso da “gestão técnica” e da “modernização administrativa” para seguir aplicando uma agenda extremamente autoritária e, ao mesmo tempo, voltada quase exclusivamente aos interesses privados.

Exemplo dessa política é o crescimento vertiginoso das isenções fiscais concedidas a grandes grupos econômicos. Sob o discurso da “atração de investimentos”, o governo estadual aumentou os incentivos fiscais de R\$ 12 bilhões para mais de R\$ 20 bilhões por ano, enquanto áreas essenciais como saúde, segurança e educação seguem subfinanciadas. A

consequência direta disso é a transferência de recursos públicos para grandes conglomerados, enquanto o funcionalismo público é pressionado, precarizado e impedido de avançar em conquistas históricas.

Na educação, essa lógica se manifesta de maneira explícita. A militarização das escolas estaduais, uma das principais bandeiras do governo Ratinho Jr., vem sendo ampliada com base em convênios entre a Secretaria de Educação e os órgãos de segurança pública. A justificativa é a “disciplina”, mas o que se vê é o controle, a vigilância e o apagamento da autonomia pedagógica. Em vez de investir na valorização dos profissionais da educação, na formação crítica e na melhoria das condições de trabalho, o governo aposta na lógica do autoritarismo mascarado de eficiência.

Além da militarização, o governo Ratinho Jr. vem implementando, de forma silenciosa, mas sistemática, uma política de privatização da gestão escolar, transferindo a administração de escolas públicas

para empresas terceirizadas, organizações sociais e institutos privados. Essa política, apresentada sob o discurso da “eficiência” e da “modernização”, representa uma grave ameaça à autonomia pedagógica, ao vínculo comunitário das escolas e à transparência na gestão dos recursos públicos. Em vez de valorizar servidoras e servidores concursados e fortalecer as equipes escolares, o governo estadual opta por substituir a gestão pública por modelos empresariais que desconsideram a realidade da população e tratam a educação como produto. A entrega das escolas à lógica privatista rompe com o princípio constitucional da educação como direito e reforça o projeto de desmonte do Estado, precarizando o trabalho docente e enfraquecendo os laços democráticos no ambiente escolar.

Para piorar, o governo estadual opera com facilidade no controle da Assembleia Legislativa, garantindo a aprovação célere de pacotes que restringem direitos, ampliam privatizações e

desmontam o serviço público. A Copel, uma das principais estatais do país, foi privatizada por uma pequena fração de seu valor real. E outras empresas públicas estão na mira do mesmo processo, seguindo uma lógica ultraneoliberal que transforma patrimônio público em ativo de mercado.

A ambição política do governador é evidente. A aproximação com setores da extrema-direita e sua tentativa de se consolidar como liderança nacional – inclusive como possível candidato à Presidência da República em 2026 – o impulsionam a aplicar medidas cada vez mais duras, buscando, com isso, o apoio dos setores radicalizados da sociedade. Tudo às custas do serviço público e da educação.

Conjuntura municipal: o desmonte como modelo de gestão

Em Curitiba, vivemos sob a mesma lógica de precarização, mas com particularidades locais. A gestão de Rafael Greca, entre 2017 e 2024, foi marcada por uma

postura truculenta em relação ao funcionalismo público, ativos e aposentados, adotando medidas que afetaram profundamente a Rede Municipal de Ensino (RME). O “pacotão” de 2017 congelou a carreira do magistério e retirou direitos, inaugurando o gerencialismo autoritário que se estendeu por todo o seu mandato.

A ausência de concursos públicos abriu um verdadeiro abismo no magistério. O déficit de professoras e professores chegou a mais de 3.500 profissionais, afetando diretamente a qualidade do ensino e a sobrecarga de quem permaneceu na rede. Ao mesmo tempo, a Prefeitura de Curitiba passou a pagar salários menores do que diversos municípios da região metropolitana, como Pinhais, São José dos Pinhais e Araucária – uma inversão histórica que demonstra a desvalorização crescente do magistério na capital paranaense.

Somos afetadas em nosso cotidiano por essa política de desvalorização silenciosa, disfarçada de responsabilidade

fiscal. O discurso da “eficiência” escondia a precarização, a superlotação das salas de aula, a negação da hora-atividade plena e a falta de estrutura para o desenvolvimento pedagógico.

Ainda assim, o magistério municipal deu uma demonstração contundente de sua força. As greves de 2022 e, especialmente, de 2023 romperam o ciclo de imobilismo que havia se instalado desde o pacote de 2017. Foram mobilizações expressivas, com a maioria das escolas paralisadas, grandes atos públicos e intensa pressão sobre o Executivo e o Legislativo municipal. A greve de 2022 foi decisiva para barrar um projeto da Prefeitura que destruiria a carreira docente. Já em 2023, a mobilização impediu que a gestão Greca utilizasse seu controle sobre a Câmara para atropelar o magistério.

Assim, apesar dos limites, os resultados foram significativos. A carreira voltou a permitir os crescimentos horizontal e vertical, ainda que com regras restritivas que precisam ser enfrentadas. O

vale-alimentação teve aumento superior a 120%, representando um impacto real no cotidiano da categoria. E a luta pelo concurso público — conquistado em 2022 e homologado em 2023 — foi uma vitória concreta após anos de congelamento. Fruto da mobilização permanente da categoria e da atuação estratégica do SISMMAC, mais de 1.800 vagas já foram preenchidas, garantindo um mínimo de recomposição do quadro nas unidades escolares. E tudo isso em um cenário bastante desfavorável às lutas sociais.

A eleição municipal de 2024 evidenciou esse momento da nossa cidade. No segundo turno, a disputa se deu entre duas candidaturas que representavam projetos semelhantes: de um lado, Eduardo Pimentel, que teve como vice um representante típico da extrema-direita, disseminador de ódio e fake news; de outro, uma candidatura de extrema-direita, de Cristina Graeml, também marcada pelo discurso de ódio e inclinação neoliberal.

Pimentel, implementou políticas

logo no início de sua gestão, como a criação dos vouchers (vale-creche) para compra de vagas na educação infantil, indicando a prioridade em destinar recursos públicos para a iniciativa privada, em vez de fortalecer a rede municipal de ensino.

Enquanto isso, a política de “inclusão” da Prefeitura, que foi marcada por negligência, equívocos e descompromisso durante a gestão Greca/Bacila à frente da SME, segue deixando unidades escolares sem estrutura adequada e sem profissionais de apoio em número suficiente para garantir um atendimento de qualidade aos estudantes que necessitam desse serviço. De 2017 a 2024, vivemos um processo de desestruturação das políticas de educação inclusiva pela gestão Greca/Bacila, incluindo a retirada de equipes multiprofissionais dos CMAEEs, substituição de profissionais especializados por estagiários no apoio à inclusão, o fim da redução de estudantes em turmas com inclusão, entre outras medidas.

Cada vez mais, as unidades sofrem com salas superlotadas. E a falta de inspetores escolares prejudica a condução pedagógica do cotidiano escolar.

A Câmara dos Vereadores, que deveria formular propostas para melhorar a situação da educação municipal, continua funcionando como linha auxiliar do Executivo, sem qualquer independência, como uma base de sustentação que aprova pacotes de retirada de direitos e, nos intervalos, promove discursos inflamados contra profissionais do magistério. Muitos vereadores da bancada extremista (que cresceu de 6 para cerca de 13 representantes) têm transformado a tribuna em um palanque para ataques às professoras e professores, fazendo das escolas alvos políticos. Esses discursos, amplificados nas redes sociais, incentivam famílias a hostilizar profissionais e enfraquecem o apoio das comunidades escolares às lutas do magistério.

Esse contexto de perseguição e desmonte não é acidental. Ele compõe um projeto político de

setores que pretendem enfraquecer a escola pública como espaço democrático e formador de pensamento crítico. Ao estimular a intolerância e a desinformação, os setores radicais — inclusive da Câmara Municipal — promovem uma cultura de vigilância e censura que compromete a autonomia pedagógica e adocece profissionais da educação. Não por acaso, propostas de escolas cívico-militares voltam a surgir, agora pela mão de vereadores da extrema-direita, na tentativa de replicar localmente o projeto implementado por Ratinho Jr. no estado.

Romper com essa lógica de barbárie institucionalizada exige mais do que denúncia: exige nomear os responsáveis, mobilizar a categoria e disputar o projeto de cidade e de escola que queremos, e fortalecer o Sindicato. As conquistas recentes mostram que é possível enfrentar e frear retrocessos. Mas elas também mostram que só a luta organizada, autônoma e combativa será capaz de reconstruir um horizonte de valorização real — com

dignidade, condições de trabalho e reconhecimento do magistério como pilar de uma sociedade democrática e inclusiva.

1.5 – O magistério municipal e a disputa por um novo sentido de valorização

Valorizar o magistério vai muito além de mencionar a importância da educação em discursos públicos. Trata-se de garantir, de forma concreta, condições dignas de trabalho, salário compatível com a responsabilidade da função e uma estrutura de carreira que reconheça, na prática, o papel das professoras e dos professores como sujeitos estratégicos de uma sociedade democrática. Em Curitiba, no entanto, a palavra “valorização” tem sido esvaziada de significado, reduzida a uma retórica de campanha ou a anúncios isolados que não resistem à análise da realidade vivida nas escolas.

O que significa valorização quando os salários pagos à categoria sequer acompanham

o custo de vida da cidade? Como falar em valorização se profissionais da educação têm jornadas estendidas, responsabilidades multiplicadas e ainda precisam lidar com o adoecimento causado pelo excesso de demandas, pela desestruturação das equipes e pela ausência de apoio institucional? Como sustentar o discurso da valorização se Curitiba, que já foi referência em política educacional, passou a oferecer salários inferiores aos de municípios vizinhos, como Araucária, Pinhais e São José dos Pinhais?

A corrosão da carreira, ao longo dos últimos anos, não foi acidental: foi uma estratégia política. O congelamento das referências, os critérios punitivos para os crescimentos, a centralização de decisões pedagógicas na Secretaria Municipal de Educação e a retirada da autonomia das unidades são partes de um processo deliberado de enfraquecimento da identidade profissional docente. Avaliações internas e externas têm sido usadas não como instrumento

de diagnóstico e formação, mas como mecanismo de controle, ranqueamento e deslegitimação do trabalho das equipes escolares.

As professoras e os professores da Rede Municipal de Ensino de Curitiba são constantemente cobrados por resultados, mas recebem cada vez menos apoio para realizá-los. A precarização da hora-atividade, o aumento do número de estudantes por turma, a falta de estrutura física e a escassez de profissionais de apoio comprometem diretamente a qualidade do ensino. Pior: transferem a responsabilidade do fracasso para as educadoras e os educadores, como se o problema estivesse no desempenho individual e não na opção política pela precarização.

Romper com essa lógica exige recolocar o debate sobre valorização no centro de um projeto de cidade. Porque uma cidade que trata com descaso as suas educadoras e os seus educadores está, na prática, comprometendo seu futuro. A valorização do magistério precisa ser vista

como investimento estratégico em desenvolvimento humano, justiça social e democracia. Não há projeto de cidade inclusiva, plural e solidária que possa prescindir de uma rede pública de educação forte, estruturada e com profissionais respeitados em sua dignidade, autonomia e saberes.

É preciso afirmar, com clareza, que valorização não se resume a reajustes pontuais ou a programas de bonificação por desempenho. Valorizar é reconhecer o valor do cotidiano escolar, com suas complexidades, desafios e potências. É respeitar o tempo necessário para o planejamento, a formação continuada, o cuidado com as relações humanas, a construção coletiva dos projetos pedagógicos. É garantir condições objetivas e subjetivas para que o ato de educar não seja um exercício de resistência solitária, mas uma prática coletiva sustentada por políticas públicas consistentes.

Essa valorização precisa alcançar também as professoras e os professores aposentados, que

continuam sendo parte viva da história da educação pública em Curitiba. O confisco de 14% sobre os proventos, fruto das reformas da Previdência promovidas pelos governos Bolsonaro e Greca, representa uma violência contra quem já contribuiu com décadas de trabalho e hoje deveria viver com tranquilidade e dignidade. O acesso aos serviços de saúde, por meio do ICS, precisa ser melhorado. Valorizar a aposentadoria é reconhecer toda uma trajetória profissional que moldou gerações de estudantes e fortaleceu a escola pública. É garantir que a dignidade não seja interrompida com o fim da vida funcional, mas assegurada como parte do reconhecimento à contribuição dessas educadoras e educadores à cidade que temos hoje – e à que ainda queremos construir.

A cidade que queremos construir precisa enxergar o magistério não como despesa, mas como base de um projeto de futuro. Valorizar o magistério é valorizar o direito de aprender, de conviver, de construir pensamento crítico, de

viver em uma sociedade menos desigual. E isso não se alcança com

retórica ou propaganda, mas com escolhas políticas concretas.

II. Análise do movimento sindical: resistência ativa e construção de futuro

2.1 – Importância do sindicato na garantia de direitos e da democracia

Em tempos de ofensiva autoritária, o sindicalismo cumpriu uma tarefa essencial: defender os direitos da classe trabalhadora e sustentar o que os pilares da Democracia em meio à tentativa de desmonte do Estado e dos serviços públicos. Essa tem sido a missão dos sindicatos combativos ao longo dos últimos anos — nas gestões Temer e Bolsonaro, que impuseram uma agenda de destruição nacional; nas gestões Greca, que atacaram frontalmente as servidoras e os servidores municipais de Curitiba; e nas gestões Ratinho Jr., que aplicam no Paraná um modelo autoritário,

privatista e excludente.

Mais do que instrumentos de representação sindical, os sindicatos se consolidaram como polos organizadores da resistência popular. Diante das ameaças à Democracia, ao trabalho decente, à escola pública e à dignidade das servidoras e servidores, o movimento sindical manteve de pé a luta por justiça social, enfrentando reformas, precarização, desinformação e assédio institucional.

O SISMMAC tem atuado nesse sentido: fortalecendo a organização coletiva, consolidando o vínculo com a base, criando campanhas de mobilização, ocupando espaços de articulação na cidade e defendendo, com coragem e coerência, o direito de professoras e professores a condições dignas de vida e trabalho.

É preciso afirmar que o movimento sindical sobreviveu a um dos períodos mais violentos da história brasileira — e o fez defendendo direitos, lutando para impedir retrocessos e mantendo vivo o fio da mobilização social, e fazendo a defesa da democracia.

O que está colocado, agora, é o desafio de seguir construindo o novo, atualizando formas de ação, ampliando o diálogo com a categoria e a representatividade, fortalecendo os canais coletivos e garantindo protagonismo às diferentes vozes que compõem a classe trabalhadora no século XXI.

A reconfiguração do mundo do trabalho, a fragmentação das experiências profissionais e o avanço do ultraliberalismo colocam desafios reais. Mas também abrem espaço para reafirmar a centralidade do sindicato como sujeito político, não apenas na defesa de condições de trabalho e melhores salários, mas como formulador de projeto de sociedade.

Um sindicalismo combativo, democrático, acolhedor e presente segue sendo necessário — e o

SISMMAC seguirá cumprindo esse papel, com estratégia e compromisso com o interesse público, intransigente quando se trata dos direitos do magistério, e pronto para enfrentar os desafios do presente e do futuro.

2.2 – O Sismmac como polo de reorganização democrática e combativa

Nos últimos anos, o SISMMAC voltou a se consolidar como um polo de reorganização do magistério municipal de Curitiba. Em um cenário marcado pelo desmonte dos serviços públicos, pela radicalização política e pelo avanço de práticas autoritárias, o sindicato apostou na reconstrução de uma cultura sindical democrática, combativa e enraizada no cotidiano das escolas. Essa reconstrução não se deu por decreto: foi construída com escuta ativa, presença constante e disposição real de dialogar com as angústias, demandas e esperanças da categoria.

O sindicato voltou a ocupar um

lugar central nas lutas do magistério porque deixou de ser apenas uma instância institucional e se tornou, novamente, uma ferramenta viva de organização coletiva.

Fortaleceu o Coletivo de aposentadas e Aposentados com reuniões periódicas, em um espaço em que se discute política e reaproxima as pessoas, criando vínculos afetivos, propiciando também momentos de lazer e cultura.

Apostou na retomada dos coletivos, como espaços de pertencimento e mobilização; fortaleceu o Conselho de Representantes (CR), que passou a atuar de forma mais participativa e representativa; e ampliou o trabalho de base, buscando construir vínculos reais com as professoras e os professores em seus locais de trabalho, respeitando suas realidades e compreendendo suas múltiplas vozes.

Essa aposta na base permitiu que o sindicato enfrentasse com dureza as políticas de desvalorização promovidas pela Prefeitura de Rafael Greca. Foi a partir dessa articulação

com a categoria que o SISMMAC organizou greves vitoriosas, impediu retrocessos estruturais, conquistou avanços importantes e garantiu a realização do concurso público, após anos de congelamento.

Mas a atuação do sindicato não se limita à mobilização. O aumento do número de atendimentos individuais e coletivos reflete o agravamento das condições de trabalho na RME: adoecimento físico e mental, assédio moral, negação de direitos, sobrecarga e insegurança institucional. Em meio a esse cenário, o sindicato tem sido procurado por centenas de professoras e professores em busca de orientação, proteção, acolhimento e apoio. A demanda cresceu — e o número de dirigentes liberados diminuiu.

Em 2021, a gestão Greca aprovou uma mudança na lei municipal que reduziu drasticamente o número de liberações sindicais. A medida teve um único objetivo: enfraquecer a atuação do SISMMAC. Na ótica da Prefeitura, menos dirigentes liberados significaria menos visitas às escolas, menos presença em reuniões pedagógicas, menos

disponibilidade para acompanhar casos de assédio ou de violação de direitos. A decisão foi política: tratava-se de mais um instrumento de repressão institucional contra quem ousa resistir.

A reconstrução do SISMMAC como referência para a categoria está em curso. E ela só será completa se continuar baseada na participação ativa da base, no fortalecimento do CR, na ampliação dos coletivos e na formação política crítica e permanente. Não há sindicato forte sem categoria mobilizada. E não há enfrentamento possível ao desmonte sem organização coletiva, coragem e consciência de projeto.

2.3 – Processo eleitoral do Sismmac: participação histórica e reconhecimento da base

O processo eleitoral do SISMMAC em 2024 representou um marco na história do sindicato. Mais do que uma escolha entre chapas, a eleição simbolizou o compromisso do magistério municipal com a

democracia, com a valorização da sua entidade representativa e com o futuro da própria categoria.

Com um colégio eleitoral superior à população de 40% das cidades brasileiras, o desafio de mobilização é enorme, especialmente diante de um dos quóruns mais exigentes do movimento sindical no país. Ainda assim, a participação foi recorde: 5.743 votos no primeiro turno, o maior número já registrado em uma eleição do SISMMAC até então. A votação ficou apenas 51 votos (ou 0,07%) abaixo do quórum de 2/3 dos filiados e filiadas exigido pelo estatuto da entidade.

Esse dado não pode ser lido de forma isolada. O crescimento do número de sindicalizadas e sindicalizados nos últimos anos — com mais de mil novas filiações — é reflexo direto da atuação constante da direção no cotidiano da categoria: presença nas escolas, escuta ativa, diálogo frequente, defesa dos direitos, além do trabalho desenvolvido com as aposentadas e os aposentados, que voltaram a se engajar ativamente nas ações do sindicato.

Apesar da exigência de uma votação menor (50% das filiadas e filiados), a votação massiva no segundo turno (5.799 votos, número que, inclusive, teria superado o quórum do primeiro turno) comprovou a força dessa relação construída com base em confiança, coerência e presença constante no dia a dia do magistério.

A eleição da Chapa 1 – “Enfrente, Magistério – SISMMAC no rumo certo” com mais de 58% dos votos válidos (contra 39,85 % dos votos na outra chapa), demonstrou o reconhecimento da categoria com o trabalho que estava em curso. Uma contundente escolha em seguir construindo um sindicato cada vez mais combativo, acolhedor, democrático e presente.

Acima de tudo, a eleição de 2024 reafirmou que o SISMMAC segue sendo um espaço vivo de democracia e de protagonismo na construção das lutas pelos direitos do magistério – sustentado por uma categoria que entende que defender o sindicato é defender a si mesma.

2.4 – Autonomia, alianças e a reconstrução da identidade sindical

A reconstrução da identidade sindical no Brasil passa, necessariamente, pela recomposição das alianças políticas e organizativas entre as entidades que defendem o serviço público e os direitos da classe trabalhadora. Em tempos de nova ofensiva ultraneoliberal e de avanço do autoritarismo, a capacidade de articulação é o que diferencia a resistência fragmentada da luta com potencial transformador. O SISMMAC tem atuado com consciência dessa tarefa: construir alianças, sem abrir mão da autonomia política e da escuta da base.

Nos últimos anos, o sindicato retomou sua participação em fóruns estratégicos da cidade, nas campanhas em defesa dos serviços públicos e nas articulações nacionais da educação. Essa reinserção fortalece a voz do magistério municipal de Curitiba

e permite que as lutas locais estejam conectadas com o cenário mais amplo — inclusive no enfrentamento às ameaças que tramitam no Congresso Nacional e impactam diretamente a educação básica.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) tem cumprido papel central na articulação da resistência às propostas legislativas que visam desmontar a estrutura da escola pública no Brasil, como os projetos de privatização da escola pública, os ataques ao Piso Salarial Profissional Nacional do magistério e ao Fundeb. Resistir contra a destruição da educação pública não é algo que se faz isoladamente — é uma luta coletiva, que exige unidade e mobilização em todo o país.

Mas estar junto não é o mesmo que ser submisso. A autonomia do sindicato é um valor irrenunciável. É ela que garante que o SISMMAC possa, com independência, escolher suas alianças, construir suas estratégias e preservar sua coerência. A articulação precisa ser estratégica, sem sectarismo

e sem neutralidade: alianças que não se submetem a partidos e governos, mas que se pautam pelo compromisso com a educação pública, os direitos sociais e a democracia.

Fortalecer o SISMMAC, portanto, é também sair do isolamento. É entender que nenhum sindicato conseguirá, sozinho, enfrentar os interesses econômicos e políticos que hoje ameaçam a escola pública. A força do SISMMAC reside justamente em sua capacidade de dialogar com a base e, ao mesmo tempo, ocupar os espaços de luta onde se decidem os rumos da política educacional do país.

E se estivermos juntos daqueles que estão dispostos a segurar as mesmas bandeiras que nós, seremos ainda mais fortes.

2.5 – O sindicalismo que queremos: combativo, acolhedor, estratégico e presente

O movimento sindical precisa ser capaz de dialogar com a base, disputar os sentidos da

escola pública na sociedade e enfrentar, com inteligência política e sensibilidade humana, os desafios impostos pelo mundo contemporâneo. Um sindicalismo que não seja apenas reativo, mas que seja também propositivo, estratégico e presente na vida concreta das professoras e dos professores.

Num cenário de polarização, desinformação e ataques à educação, comunicar bem se tornou um desafio político central. Não basta ter razão: é preciso saber construir sentido coletivo, dialogar com diferentes públicos, traduzir as lutas em narrativas compreensíveis e mobilizadoras. O sindicato precisa estar onde a categoria está — e isso inclui o chão da escola, mas também os grupos de WhatsApp, as redes sociais, os eventos formativos, os espaços culturais e as ruas. A comunicação sindical não pode se resumir a informativos. Ela deve ser um instrumento de mobilização, formação crítica e disputa de consciência.

Formar politicamente é outro eixo essencial. Em tempos de

desinformação programada, fortalecer a consciência de classe é um ato de resistência. A formação sindical deve ser contínua, acessível, conectada com as questões reais do cotidiano da escola e da cidade. É preciso oferecer ferramentas para que a categoria compreenda os mecanismos que operam os desmontes, reconheça os discursos que atacam seus direitos e se sinta parte de um projeto coletivo de transformação.

O sindicalismo que queremos também precisa ser acolhedor. Isso significa criar espaços reais de escuta, de proteção contra o assédio institucional, de orientação em momentos de insegurança e de solidariedade nos momentos difíceis. Cuidar da categoria é mais do que garantir direitos: é reconhecer os impactos da precarização na saúde física e mental, e oferecer suporte para que ninguém precise resistir sozinha ou sozinho.

Cuidar da categoria também é entender que a luta sindical não se limita às pautas salariais ou corporativas. Defender as professoras e os professores é,

inevitavelmente, disputar projetos de escola, de cidade e de sociedade. É lutar por uma educação emancipadora, por um serviço público forte, por uma cidade que respeite seus trabalhadores e garanta direitos para todas e todos.

O sindicato que queremos é combativo. É acolhedor. É estratégico. É presente. Um sindicato que seja, ao mesmo tempo, ponto de apoio e espaço de construção de um futuro mais justo, mais coletivo e mais democrático.

III. Programa de lutas e trabalho sindical: defender direitos, construir futuro

3.1 – A luta por valorização: salário, carreira e reconhecimento

Defender a valorização das professoras e dos professores da Rede Municipal de Ensino de Curitiba é mais do que uma reivindicação corporativa: é afirmar que a educação pública precisa ser uma prioridade real — e não apenas discursiva — na construção de uma cidade mais justa, humana e democrática. Salário digno, carreira estruturada e respeito ao trabalho docente não são privilégios. São pré-condições para que a escola

pública cumpra seu papel de formação cidadã, inclusão social e transformação da realidade.

A pauta de reivindicações do magistério municipal para 2025, aprovada em assembleia, deve ser o norte estratégico da nossa luta no próximo período. Nela, está expressa a síntese das urgências da categoria, construída coletivamente a partir das dores e esperanças de quem vive, todos os dias, o cotidiano das escolas. A defesa da data-base como mecanismo de reposição anual das perdas inflacionárias é um ponto central — sem ela, os salários são corroídos mês a mês,

ampliando a defasagem histórica da remuneração do magistério.

A luta pela reposição das perdas salariais acumuladas — que já ultrapassam os 8% — é também uma luta por justiça. Esses percentuais não são “pedidos” ou “favor”, são valores que deixaram de ser pagos ao longo dos anos e que aprofundaram o desrespeito com o trabalho docente. A categoria também reivindica que o salário inicial da carreira seja, no mínimo, 50% superior ao Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN), já que em Curitiba o ingresso na carreira exige ensino superior — e, portanto, não pode ser equiparado ao piso nacional de nível médio.

Outro ponto central da pauta é a reestruturação da carreira. É preciso acabar com barreiras burocráticas, que transformam os crescimentos em uma corrida desigual, baseada na concorrência e em critérios punitivos. A universalização dos crescimentos horizontais e verticais — com critérios justos, sem limitações artificiais, sem vínculo com avaliações punitivas e com reconhecimento dos títulos

— é fundamental para recuperar a lógica de valorização por tempo de serviço e formação.

Em 2023, a receita total arrecadada pelo município de Curitiba foi de R\$ 14,619 bilhões, aumento de 13,54% em relação ao arrecadado no ano anterior. Este valor foi 13,04% maior que o valor previsto inicialmente Lei Orçamentária Anual (LOA), no qual foi antevisto que a Receita Total do município alcançaria R\$ 12,932 bilhões. Por outro lado, a despesa empenhada total foi de R\$ 14,294 bilhões, resultando em superavit orçamentário na ordem de R\$ 325,1 milhões. Quando se trata da Receita Corrente Líquida, que serve como parâmetro para os cálculos de limites de gastos com pessoal e endividamento estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, em 2024 ela foi de R\$ 11,567 bilhões, crescendo 11,78% em relação a 2023. Já a Despesa Total com Pessoal do Poder Executivo, em 2024, aumentou 12,67% em relação à 2023, passando de R\$ 4,241 bilhões para R\$ 4,778 bilhões. Portanto, numa proporção maior do que a Receita Corrente

Líquida. Assim, o comprometimento da Receita Corrente Líquida com as Despesas com Pessoal aumentou de 40,98% para 41,31%, se mantendo abaixo do limite de alerta (48,60%), do limite prudencial (51,30%) e do limite máximo (54,00%). (DIEESE, 2024). Considerando os dados apresentados a cidade tem margem para ampliar a despesa com pessoal da ativa e aposentados, os servidores municipais precisarão fazer muita luta nessa disputa pelo orçamento no próximo período.

O fim do confisco de 14% nos proventos de aposentadas e aposentados também é urgente. Trata-se de uma medida injusta, que penaliza justamente quem já contribuiu por décadas com o serviço público e que hoje deveria ter seus direitos preservados, e não atacados. A política de desconto previdenciário imposta a partir da Reforma da Previdência de Bolsonaro (Emenda Constitucional 103) e aplicada em Curitiba por meio da Lei Complementar 133/2021 representa um ataque direto à dignidade de quem se aposentou.

Ignora o direito adquirido, compromete a subsistência de milhares de famílias, aprofunda desigualdades e revela uma visão autoritária e míope de gestão fiscal – que aposta no sacrifício de quem tem menos poder de reação para equilibrar as contas públicas.

A medida tem um impacto brutal sobre a vida das aposentadas e dos aposentados da educação, a maioria mulheres, que enfrentam ainda os custos com saúde, medicações, alimentação e apoio familiar. É fundamental que essa política seja revogada, e que se reconheça a aposentadoria como uma etapa do ciclo de trabalho que merece respeito e valorização, não perseguição. Lutar pela revogação da LC 133 e pela superação dos retrocessos da EC 103 é defender justiça previdenciária e o princípio de que quem já contribuiu não pode continuar pagando a conta do desmonte do Estado

A pauta também inclui a garantia do pagamento do auxílio-transporte e vale-alimentação para todos os profissionais, independentemente do número

de horas trabalhadas, bem como a implementação de concursos regulares e a convocação dos aprovados para suprir o déficit ainda existente na rede.

Ao defender essa pauta, o SISMMAC reafirma seu compromisso com uma concepção de valorização que vai muito além dos percentuais. Valorização é reconhecer o trabalho das professoras e dos professores como essencial para o presente e o futuro cidade. É assegurar condições para que a profissão docente seja exercida com dignidade, tempo para planejar, espaço para dialogar, liberdade para ensinar e respeito para existir.

Se o discurso institucional reconhece que a educação é a base de tudo, a prática precisa ser coerente. Valorizar o magistério é reconhecer, na política e no orçamento, que a escola pública não é um lugar de improviso, mas de construção coletiva de saberes, vínculos e possibilidades de futuro.

Construção das lutas

O SISMMAC é muito mais do que a sua direção eleita. O sindicato é a expressão coletiva da luta de professoras e professores que, há décadas, constroem resistência, enfrentam ataques e conquistam direitos em defesa da educação pública em Curitiba. Não há sindicato forte sem base mobilizada. E não há base mobilizada sem um sentimento de pertencimento real — de que cada profissional da rede municipal é parte ativa dessa construção.

É preciso desconstruir a ideia de que o sindicato é “os outros”, ou que é uma instância separada da vida cotidiana das escolas. O SISMMAC somos nós: todas e todos que acreditam que vale a pena lutar por uma cidade mais justa, por uma rede pública de qualidade e por uma carreira docente valorizada.

Nos próximos anos, os desafios não vão diminuir. As ameaças à educação pública e aos direitos do funcionalismo seguem se aprofundando, com novas tentativas de retirada de

direitos, avanço das privatizações e fortalecimento das pautas autoritárias. Por isso, é preciso organizar desde já as respostas que daremos a esses desafios. Não se trata apenas de reagir ao que vier, mas de pavimentar um caminho coletivo de enfrentamento, resistência e construção coletiva. Lutar pelas demandas imediatas — como salário digno, carreira e estrutura nas escolas — é fundamental. Mas também é necessário projetar o futuro que queremos: fortalecer o sindicato, ampliar a participação da base, cuidar da nossa organização, formar novas lideranças e construir uma cultura sindical viva, combativa e democrática.

Este eixo da tese apresenta, de forma sistematizada, os compromissos programáticos da nossa luta sindical para os próximos anos. Ele está organizado em quatro grandes frentes: a defesa da aposentadoria com dignidade; as políticas pedagógicas da rede; as condições de trabalho, carreira e financiamento da educação; e

a estrutura institucional do próprio sindicato. Cada uma dessas frentes é parte de um mesmo projeto: defender os direitos de hoje sem perder de vista o futuro que queremos — e que só será possível com organização coletiva, coragem política e compromisso com a escola pública e com o conjunto do magistério.

1. Aposentadoria: previdência, dignidade, IPMC, ICS e mobilização das aposentadas

A defesa da aposentadoria digna é parte fundamental da luta do magistério municipal. As professoras e os professores aposentados carregam a memória viva da escola pública de Curitiba e ajudaram a construir, com seu trabalho e sua luta, os direitos que temos hoje. No entanto, continuam sendo vítimas da desvalorização e da violência institucional. O confisco de 14% sobre os proventos já a partir de 2 salários-mínimos, consequência direta da Reforma da Previdência imposta por Greca

e sustentada na lógica excludente do governo Bolsonaro, é um dos símbolos mais cruéis dessa política. Revogar as reformas da Previdência, tanto federal como municipal, é uma necessidade urgente para restabelecer a justiça previdenciária, interromper o ciclo de penalização das aposentadas e dos aposentados, e afirmar que a história da educação pública em Curitiba não pode ser apagada.

Valorizar quem já se aposentou é, também, cuidar do presente e

do futuro da educação pública. A luta por qualidade no atendimento do IPMC e do ICS, por respeito à trajetória funcional e pelo fim dos ataques aos direitos previdenciários é uma luta de toda a categoria.

A construção de um Coletivo atuante de Aposentadas e Aposentados tem fortalecido essa pauta e mostrado que, mesmo após o fim da vida funcional ativa, há espaço para resistência, solidariedade e protagonismo na construção do sindicato.

Plano de lutas

Fortalecer a luta coletiva contra o confisco de 14% nas aposentadorias e pensões, imposto pela reforma previdenciária do governo Greca com base no modelo de Bolsonaro. Essa política, além de injusta, representa uma afronta à dignidade de quem construiu a escola pública de Curitiba e hoje tem sua renda comprometida.

É fundamental revogar a Reforma da Previdência no município, que institucionalizou esse confisco e aprofundou os retrocessos iniciados no plano federal. É preciso seguir pressionando pela revogação da legislação municipal que viabilizou o confisco e pelo restabelecimento do teto do INSS como limite de isenção, com o dobro do valor para aposentadas com doenças graves.

Ampliar a mobilização em defesa da democratização do IPMC, com eleição direta para sua presidência e composição paritária dos conselhos. Reivindicar que servidoras e servidores tenham voz nas decisões que afetam sua aposentadoria e sua segurança de longo prazo. Denunciar as limitações de atendimento, exigir a ampliação do quadro funcional do IPMC via concurso público e cobrar respostas rápidas às demandas das aposentadas e aposentados.

Manter como bandeira estratégica a reestruturação do ICS, defendendo que o Instituto deixe de ser uma entidade de direito privado e passe a funcionar como autarquia pública, com concurso para todos os cargos, licitação transparente e gestão democrática. Exigir do ICS a ampliação da rede de atendimento, com foco especial em saúde mental, serviços especializados e acolhimento integral para servidoras e servidores ativos e aposentados.

Lutar pela extensão da bonificação de 2,8% também para as aposentadas e aposentados. A política de exclusão desse segmento reforça uma lógica perversa de descarte institucional e precisa ser combatida com dureza pelo magistério.

Fortalecer o Coletivo de Aposentadas e Aposentados do SISMMAC como espaço de escuta, formação, memória e resistência. Manter reuniões regulares e garantir que suas pautas estejam sempre integradas à luta geral da categoria. Cuidar de quem já cuidou da educação pública por décadas é afirmar que nenhuma trajetória será esquecida — e que o compromisso com a dignidade não termina com a aposentadoria.

Retomar a filiação do SISMMAC à CNTE como estratégia para fortalecer a luta em defesa da previdência pública, da revogação

da Reforma da Previdência e do fim do confisco nas aposentadorias, articulando as pautas locais aos debates nacionais sobre os direitos previdenciários das servidoras e servidores da educação.

2. Políticas pedagógicas para as etapas e modalidades da educação básica ofertadas no município de Curitiba

A escola pública de Curitiba tem enfrentado graves contradições entre o discurso institucional e a realidade pedagógica cotidiana. Em vez de políticas estruturadas que garantam o direito à educação de qualidade com inclusão, cuidado e intencionalidade pedagógica, vemos iniciativas fragmentadas, mal planejadas e desconectadas das necessidades concretas da rede.

A inclusão escolar segue marcada pela ausência de profissionais de apoio pedagógico e pela falta de formação continuada. A educação integral tem sido tratada como ampliação de tempo de permanência, sem investimento correspondente em infraestrutura,

pessoal e projeto pedagógico. A educação infantil, que deveria ser priorizada, continua sendo marcada por superlotação, falta de dupla regência e desrespeito às especificidades da infância.

Diante disso, é papel do sindicato não apenas defender os direitos das educadoras e dos educadores, mas também disputar o projeto pedagógico da rede municipal. Isso significa lutar por condições concretas para o trabalho docente e para a aprendizagem das crianças e estudantes. Significa exigir que as políticas educacionais sejam construídas com participação, escuta e compromisso com a qualidade social da educação. Significa, acima de tudo, afirmar que pedagogia se faz com tempo, espaço, planejamento e equipe — e não com improviso, assédio, controle, falta de pessoal, ou propaganda.

Plano de lutas

Disputar o projeto pedagógico da Rede Municipal de Ensino é parte estratégica da ação sindical. As políticas educacionais implementadas pela Prefeitura têm aprofundado a lógica gerencialista, marcada pela precarização, pela sobrecarga docente e pelo distanciamento entre as decisões administrativas e o cotidiano das escolas. A defesa de um projeto emancipador exige que o sindicato atue na denúncia dos retrocessos e na formulação de alternativas construídas coletivamente com a categoria.

Fortalecer a denúncia sobre a falsa inclusão promovida pela gestão, marcada pela escassez de profissionais de apoio, desrespeito a laudos e sobrecarga das equipes pedagógicas. Exigir da Prefeitura a ampliação do número de profissionais concursados com formação específica, respeitando os laudos e pareceres multidisciplinares. Lutar pela presença de profissionais capacitados no atendimento a estudantes indígenas, imigrantes, surdos e com altas habilidades.

Fortalecer o compromisso da Rede Municipal de Ensino com os direitos humanos, a equidade racial e de gênero, exigindo políticas pedagógicas que promovam a educação antirracista, a valorização das identidades negras, indígenas e periféricas, e a garantia de formações continuadas que enfrentem as diferentes formas de opressão dentro e fora da escola.

Reivindicar a ampliação e qualificação das formações continuadas com foco em inclusão, educação antirracista, direitos humanos e práticas pedagógicas críticas, garantindo que esses processos formativos dialoguem com as realidades concretas das escolas, sejam realizados em espaços adequados e ofereçam condições dignas de participação.

Reformular com urgência a política de educação integral e repactuar o modelo com ampla participação das escolas, famílias e sindicato. Garantir estrutura física adequada, número suficiente de profissionais, refeitórios com condições dignas e projeto pedagógico compatível com as necessidades dos territórios. Defender o financiamento autônomo das UEs, a contratação de profissionais da Docência II para o contraturno, e a presença de articulador/a e pedagogo/a específico por escola que integra esse modelo.

Lutar pela ampliação de matrículas e turmas no Ensino Fundamental – Anos Finais (6º ao 9º ano), garantindo estrutura adequada, número suficiente de profissionais da Docência II e valorização do trabalho docente nesse segmento. Exigir que os projetos de tempo ampliado contem com protagonismo pedagógico dos profissionais das áreas do conhecimento, com apoio institucional para a formulação e implementação de propostas compatíveis com o currículo e a realidade das escolas. Reivindicar a presença de apoio pedagógico específico em Língua Portuguesa e Matemática, a adequação do dimensionamento e a democratização do processo de remanejamento, com critérios transparentes e respeito à classificação funcional.

Lutar para que o número de estudantes por turma e por profissional na educação integral seja adequado, que profissionais de apoio também estejam presentes no contraturno, e que a SME assuma sua responsabilidade pela infraestrutura física das escolas e centros, não transferindo essa demanda às equipes escolares.

Fortalecer a educação infantil como direito da criança e dever do Estado. Exigir o cumprimento da legislação que garante dupla regência em todas as turmas de pré-escola, inclusive no contraturno.

Lutar pela ampliação do número de pedagogas nos dois turnos dos CMEIs, garantir que as turmas de pré-escola não compartilhem espaço com o ensino fundamental e assegurar a função gratificada de articuladora da educação infantil nas unidades com tempo integral.

Reivindicar a abertura de novas turmas com base em critérios pedagógicos, respeitando a distribuição das crianças por faixa etária e assegurando o número adequado de profissionais e a infraestrutura necessária. É preciso garantir refeitórios em todas as unidades, espaços de higiene adequados, brinquedos, materiais pedagógicos e ambientes seguros e acolhedores.

Defender a alimentação escolar como política pública e direito educacional. Lutar pela retomada do atendimento público por profissionais concursados, exigir o cumprimento do Decreto 11.821/2023, garantir que as escolas possam fiscalizar a alimentação oferecida e assegurar a participação de nutricionistas e conferentes com formação. Promover o debate sobre a alimentação como parte do currículo escolar e exigir formações continuadas com foco na educação alimentar e nutricional.

Promover o debate público sobre o sentido das políticas pedagógicas da rede, fortalecendo o diálogo com as comunidades escolares e com a sociedade sobre os riscos da precarização e da privatização silenciosa da educação. Denunciar o uso de termos como “inovação” e “eficiência” para legitimar o desmonte e a imposição de práticas que ferem a autonomia pedagógica.

Fortalecer os espaços de escuta e formulação dentro do sindicato. Ampliar o protagonismo das professoras e dos professores na

elaboração de propostas que partam do chão da escola, reafirmando a centralidade da participação da base na construção de uma educação pública democrática, laica, antirracista, antimachista, inclusiva e socialmente referenciada.

● Refilar o SISMMAC à CNTE para reintegrar o magistério de Curitiba nas lutas nacionais contra a privatização, a militarização das escolas, e em defesa de um currículo unificado, fortalecendo a participação do sindicato nos espaços de disputa institucional, como o Congresso Nacional e o STF, onde se travam hoje as batalhas centrais sobre o projeto de educação pública no Brasil.

3. Condições de trabalho, carreira, financiamento, concurso e dimensionamento

A precarização das condições de trabalho na Rede Municipal de Ensino de Curitiba é um processo contínuo que tem produzido esgotamento físico e emocional, desestruturação das equipes escolares e abandono silencioso de políticas públicas essenciais.

A sobrecarga de tarefas, a ausência de dimensionamento adequado de pessoal, o crescimento das turmas,

os espaços escolares mal conservados, a instabilidade funcional e falta de apoio institucional por parte da administração municipal deixaram de ser exceção e passaram a integrar o cotidiano de boa parte das professoras e dos professores.

Defender melhores condições de trabalho é mais do que reivindicar infraestrutura ou reajuste: é disputar o lugar social da escola pública e de quem nela atua. É exigir o reconhecimento institucional da complexidade da docência, da necessidade de tempo para o planejamento, da importância da formação continuada, do direito à

saúde, à progressão na carreira e à aposentadoria digna. É recusar a lógica de que educar é tarefa solitária, invisível e subvalorizada.

Não se trata apenas de impedir retrocessos, mas de afirmar com certeza o que é necessário para garantir o presente e o futuro da escola pública: recomposição salarial real, carreira atrativa e valorizada, concursos regulares, estrutura funcional completa,

direito à licença-prêmio, jornada pedagógica adequada, respeito às legislações educacionais, redução do número de estudantes por turma e valorização da formação profissional. Tudo isso precisa ser compreendido como parte de um mesmo projeto: o de uma rede pública de ensino que respeita suas educadoras e educadores e, por consequência, respeita também as crianças e estudantes que forma.

Plano de lutas

A defesa da valorização do magistério precisa partir da realidade concreta vivida nas escolas: salas superlotadas, jornadas extenuantes, ausência de apoio institucional, adoecimento crescente e sobrecarga generalizada. A precarização não é acidental — ela faz parte de um projeto político de desmonte da educação pública, que enfraquece a carreira, esvazia a escola de sentido e transforma os direitos das professoras e dos professores em alvos permanentes de restrição orçamentária.

Defender condições dignas de trabalho é lutar por valorização real: com carreira estruturada, jornada equilibrada, tempo para planejamento, estrutura adequada e salários compatíveis com a responsabilidade social da docência. Isso significa, também, enfrentar a lógica fiscalista que trata o serviço público como gasto e

não como investimento no bem-estar coletivo.

Reivindicar a reposição das perdas salariais históricas, e garantir a aplicação da data-base em 31 de março, como forma de impedir a corrosão permanente dos salários pela inflação. Exigir a recomposição imediata da defasagem.

Defender uma carreira do magistério com universalização dos crescimentos horizontal e vertical, sem concorrência, sem limite de vagas e sem critérios punitivos. Exigir que os crescimentos verticais ocorram a partir do protocolo do certificado, que os afastamentos legais deixem de ser impeditivos e que as legislações que regem a carreira respeitem a progressão funcional como instrumento de valorização e não de controle.

Manter os critérios de titulação instituídos pela Lei 16.202/2023, que incluiu as especializações. Defender a estruturação da carreira da seguinte forma: Nível I, Graduação; Nível II, uma Especialização; Nível III, duas Especializações; Nível IV, três Especializações; Nível V, Mestrado; Nível VI, Doutorado.

Lutar para que a formação seja reconhecida como política de Estado, com tempo de estudo, licença para qualificação e valorização dos saberes produzidos pela categoria.

Lutar pela garantia de isonomia no recebimento de benefícios como o vale-alimentação e o auxílio-transporte. Exigir que esses direitos sejam pagos a todas e todos, independentemente do número de padrões, da faixa salarial ou da jornada de trabalho.

Cobrar o cumprimento do Plano Municipal de Educação no que diz respeito à redução do número de estudantes por turma. Exigir que a

Prefeitura realize, com urgência, o diagnóstico previsto na legislação e cumpra os parâmetros de dimensionamento: até 15 crianças por turma na educação infantil, até 20 estudantes no ensino fundamental anos iniciais, e até 25 nos anos finais.

Exigir a realização de concursos públicos regulares e mais convocações imediatas dos aprovados e aprovadas no concurso homologado em 2023.

Denunciar a política de contratação via processo seletivo simplificado e lutar pela revogação das alíneas “a”, “b” e “c” do inciso 10 do artigo 80 da LOM, que institucionalizam a precarização da contratação docente em Curitiba.

Reivindicar a publicação anual do quadro de vagas por unidade educacional, com informações claras sobre vacâncias e necessidades de dimensionamento de pessoal. Cobrar que o quadro funcional seja completo já no início do ano letivo, com chamamentos realizados antes da entrada dos estudantes e garantia de RITs desde o primeiro dia do calendário escolar.

Fortalecer a luta pela manutenção da licença-prêmio para todas e todos, respeitando o direito adquirido, o tempo de serviço e a autonomia da servidora e do servidor na escolha do período de fruição. Exigir o reconhecimento do tempo da pandemia para fins de contagem de quinquênios e licenças e ampliar o tempo da licença paternidade para, no mínimo, 15 dias.

Refilar o SISMMAC à CNTE para ampliar a participação do magistério de Curitiba nas lutas em defesa da Lei do Piso Salarial Profissional Nacional, da valorização da carreira docente e do financiamento

da educação pública, articulando as lutas locais às estratégias nacionais por uma carreira digna e estruturada para o magistério. Participar das ações coordenadas pela CNTE sobre o cumprimento do piso, a jornada de trabalho e os critérios de valorização em todos os níveis da federação.

Lutar por condições de saúde no trabalho, com atendimento digno na perícia médica, reconhecimento da saúde mental como parte da política ocupacional e redução de jornada para quem acompanha dependentes com necessidades específicas. Exigir a implementação de programas de prevenção de doenças laborais, com formação, atendimento e fornecimento de equipamentos.

Denunciar a precarização das funções escolares e exigir a ampliação dos quadros de secretárias, agentes de serviços escolares, pedagogas e inspetores, conforme previsto em portarias e normas municipais. Garantir o direito à mudança de área de atuação para pedagogia escolar em 2025, conforme formação, e lutar pela participação do sindicato nas comissões de elaboração e acompanhamento de editais e processos internos.

Garantir a eleição direta para diretores das escolas municipais em 2025.

4. Estrutura institucional e fortalecimento do sindicato

O fortalecimento do sindicato não é uma tarefa secundária. Ao contrário, trata-se de um eixo

estratégico para garantir que as lutas da categoria não apenas resistam aos ataques, mas avancem em conquistas e na construção de um projeto coletivo de educação pública e de sociedade.

Uma entidade que representa

milhares de profissionais da educação precisa estar preparada para enfrentar desafios cada vez mais complexos — e, para isso, precisa de estrutura, transparência, e capacidade de ação política e institucional.

Defender um sindicato presente, democrático e combativo exige também garantir sua sustentabilidade financeira, ampliar sua infraestrutura, fortalecer sua base e diversificar os espaços de participação. A construção do novo auditório e a reforma já realizada na sede são medidas concretas nesse sentido: não se trata apenas de obras, mas da ampliação da capacidade de acolher, formar e mobilizar a categoria.

Também é papel da entidade manter sua independência

político-partidária, sem abrir mão da articulação com movimentos sociais, fóruns da cidade e entidades da educação. A filiação à CNTE é parte dessa estratégia: trata-se de reposicionar o SISMMAC no cenário nacional, garantir voz nas instâncias que deliberam sobre a educação básica e integrar a resistência contra projetos de desmonte que tramitam no Congresso.

Manter e ampliar o patrimônio do sindicato com responsabilidade, garantir prestação de contas transparente e permanente, estimular a sindicalização e formar novas lideranças são tarefas que ajudam a pavimentar o futuro do SISMMAC. Um sindicato forte não nasce da retórica — nasce do cuidado com a sua base e da coerência com seu projeto político.

Plano de lutas

Manter e ampliar o patrimônio do SISMMAC com responsabilidade, planejamento e transparência, reforçando a sustentabilidade política e financeira do sindicato, sem abrir mão de princípios éticos e da função social que a entidade cumpre ao representar o magistério municipal.

Continuar realizando campanhas permanentes de sindicalização e fortalecimento da base, ampliando o diálogo com professoras e professores que ainda não são sindicalizados, reforçando o pertencimento, a escuta e o compromisso coletivo.

Retomar a filiação do SISMMAC à CNTE como parte da estratégia para garantir a presença nos espaços nacionais de formulação das políticas educacionais, fortalecendo a articulação com outras entidades combativas, ampliando a capacidade de enfrentamento aos ataques à educação pública e às trabalhadoras e trabalhadores da educação, e assegurando que a voz do magistério de Curitiba esteja presente nas grandes disputas institucionais travadas no Congresso Nacional, no STF e nas mobilizações nacionais da classe trabalhadora.

Manter os canais de comunicação com a base, fortalecendo a presença digital, a produção de conteúdo crítico, acessível e pedagógico, e utilizando as ferramentas disponíveis para escuta e mobilização – especialmente nas redes sociais e aplicativos de mensagem direta.

Construir o novo auditório, garantindo espaços adequados para assembleias, formações, eventos culturais e momentos de convivência da categoria. As obras devem seguir critérios de acessibilidade, conforto e valorização da memória da entidade.

Promover o debate sobre a mudança estatutária do Sindicato, buscando a atualização e aprimorando os debates coletivos já realizados nos 36 anos de história do SISMMAC.

Referências Bibliográficas

- APPLE, Michael. *Educando o “cidadão econômico”: mercados, padrões e desigualdade*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- ARROYO, Miguel. *Ofício de mestre: imagens e autoimagens*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- ARTIGAS, Nádia. *A política da hora-atividade da rede estadual do Paraná: diferentes ângulos de uma mesma foto*. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.
- BIANCHETTI, Lucídio; MACHADO, Ana Maria Netto. *Inclusão e exclusão: as interfaces com a educação*. São Paulo: Cortez, 2009.
- BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Unesp, 1995.
- BOURDIEU, Pierre. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.
- BRZEZINSKI, Iria. *Formação de professores e trabalho docente: políticas e práticas*. Campinas: Papirus, 2012.
- CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- CANDAU, Vera Maria. *Educação e direitos humanos*. Petrópolis: Vozes, 2012.
- CARNOY, Martin. *A vantagem acadêmica de Cuba: por que os estudantes cubanos vão melhor na escola*. São Paulo: Edições SM, 2009.
- CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Moderna, 1981.
- DERMEVAL, Saviani. *Escola e democracia: teorias da educação, curvaturas da vara*. Campinas: Autores Associados, 1996.
- DERMEVAL, Saviani. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2007.
- DOURADO, Luiz Fernandes. *Política educacional, planos e gestão da educação*. Campinas: Autores Associados, 2009.
- DUBET, François. *O declínio da instituição*. Petrópolis: Vozes, 2006.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva*. São Paulo: Cortez, 1995.

-
- GENTILI, Pablo. *Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- GIMENO SACRISTÁN, José. *Educar por uma cidadania democrática*. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LIMA, Licínio. *Educação democrática: teoria e práticas*. São Paulo: Cortez, 2001.
- LIBÂNEO, José Carlos. *Democracia e educação: desafios teórico-práticos da escola pública*. Campinas: Papirus, 2010.
- MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- MENEZES, Paulo de Tarso. *Política e educação: fundamentos para uma leitura crítica*. São Paulo: Cortez, 2010.
- MOLL, Jaqueline. *Educação integral: uma escola de muitos tempos*. Porto Alegre: Penso, 2012.
- NÓVOA, António. *Os professores e sua formação*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.
- OLIVEIRA, Dalila Andrade. *Trabalho docente e precarização: a intensificação do trabalho na escola pública*. Belo Horizonte: UFMG, 2004.
- PARO, Vitor Henrique. *Educação, administração e democracia*. São Paulo: Cortez, 2001.
- PEREIRA, Maria José da Silva. *As políticas públicas para a educação infantil na rede municipal de ensino de Curitiba: a regulação dos espaços, tempos e corpos*. 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.
- RAFANHIM, Ludimar. *Decisões judiciais e valorização dos profissionais do magistério de Curitiba. 2012*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.
- SADER, Emir. *A vingança da história: o neoliberalismo e a nova direita*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2000.
- THEODOROSKI, Elen Fabiane. *Condições de trabalho e alocação de docentes da educação básica: uma análise dos professores temporários no município de Curitiba*. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

A large, irregular pink shape in the upper right corner of the page, containing the text 'Tese II'.

Tese II

A blue geometric shape consisting of several lines forming a large, irregular polygon that frames the main text.

**Tese do Coletivo de
Oposição Juntos
Somos Mais Firmes!**

Tese II

Tese do Coletivo de Oposição Juntos Somos Mais Firmes!

I. Análise de conjuntura

No mundo todo o Capital avança contra direitos e vidas para se manter como forma de dominação atacando a humanidade

Os dados divulgados recentemente mostram o quanto cresce a desigualdade imposta por uma sociedade dividida em classes. Dados da organização internacional Oxfam divulgados em janeiro de 2025 mostram a crescente desigualdade econômica no mundo, a riqueza de bilionários atingiu um aumento impressionante de US\$ 2 trilhões em 2024. Em 2024, o número de bilionários no mundo subiu para 2.769, um aumento de 204 pessoas

em relação a 2023. Juntas, suas fortunas somam US\$ 15 trilhões, um crescimento de US\$ 2 trilhões em apenas 12 meses, representando o segundo maior aumento anual desde o início dos registros. Já o número de pessoas vivendo na pobreza permanece alto, com dados do Banco Mundial indicando pouca mudança desde 1990. Além disso, o relatório revela que os países do Norte Global continuam a controlar maior parte da riqueza mundial com

69% da riqueza global, 77% da riqueza dos bilionários e 68% dos bilionários residindo em países do Norte. Ou seja, numa sociedade capitalista, a riqueza produzida pela classe trabalhadora através de trabalhos cada vez mais precários, submetidos a arrocho salarial e desrespeito aos direitos, vai parar nas mãos dos ainda donos dos meios de produção que nada produzem e se fartam da riqueza produzida pela maior parte da humanidade.

O Capital usa o Estado para manter e ampliar sua dominação: o Capitalismo usa o Estado como ferramenta fundamental para garantir suas demandas através dos tentáculos de seu braço armado os Exércitos e as polícias e também nas ações do Executivo, do Legislativo e do Judiciário para manter sua dominação e conter a luta da classe trabalhadora.

O avanço da direita não é fato novo, é consequência do que produz a alienação: o Capital, como já falamos, se utiliza do Estado como espaço primordial

para suas demandas e faz escolhas a partir da análise de cada período. Ora escolhe formas de governos ditatoriais em que o que impera é a repressão, ora escolhe governos de conciliação de classes, ora escolhe formas híbridas em que se encontram a repressão, a conciliação e o aprofundamento da alienação. Essa forma híbrida em que se encontram repressão e formas democráticas consentidas pelo Estado tem produzido governos de extrema direita que se impõem por conta do retrocesso da consciência e da luta direta da classe trabalhadora.

No centro do sistema, nos EUA um governo de extrema direita, um transloucado presidente que odeia a humanidade, mas é preciso ver além da aparência e ver como o Capital usará Trump para seus interesses:

Donald Trump tomou posse como presidente dos EUA em janeiro e intensificou seus ataques à classe trabalhadora.

Nos decretos assinados no momento da posse e na

sequência dela, contendo a deportação em massa de imigrantes, o não reconhecimento da naturalidade americana dos filhos de imigrantes nascidos nos EUA, o fim de políticas públicas para as mulheres, negros e para LGBT'S mostra que seu governo é um governo que opera contra a humanidade. Em relação aos imigrantes, Trump trata como criminosos os trabalhadores que estão nos trabalhos mais precários nos EUA, como na construção civil, limpeza, serviços gerais que recebem os menores salários e não têm nenhuma proteção trabalhista e social, são milhões que são utilizados como força de trabalho mais barata para que o Capital siga recuperando e expandindo seus lucros. As políticas econômicas anunciadas por Trump como o tarifação contra vários países, principalmente a China, logo foram freadas pelo próprio Capital, pois o mesmo precisa manter e ampliar a expansão de sua produção. Inclusive na China em que a força de trabalho segue

sendo muita vantajosa ao Capital, com jornadas extenuantes, salários mais baixos ainda e ausência de direitos sociais. Ou seja, o Capital, no centro de seu sistema já operou para controlar seu presidente atual com o objetivo de retardar um pouco mais sua próxima crise, que como outras virá atacando direitos e vidas da classe trabalhadora. A produtividade no último trimestre diminuiu, mas ainda não há uma recessão, o que significa que a carnificina imposta aos direitos dos trabalhadores nas saídas da crise de 2008/2009 ainda produzem seus efeitos.

As guerras e invasões como forma de manter a exploração e opressão contra a classe trabalhadora: a guerra entre Rússia e Ucrânia, as demais guerras que já perduram décadas no Continente Africano e no Oriente Médio que pouco são noticiadas ao mundo são instrumentos utilizados pelo Capital para tentar se manter sua dominação. **Tentar exterminar um povo, para tentar perpetuar**

sua dominação, é disso que se trata o que vivemos como classe, na Palestina desde outubro de 2023: desde outubro de 2023, o povo Palestino sofre com o ataque de Israel, patrocinado pelos EUA contra a vida de milhares de crianças, mulheres e homens trabalhadores que foram assassinados por esses Estados assassinos. Não se trata de combate a grupos terroristas, se trata de invasão, violência e morte provocadas pelo Estado assassino de Israel com o apoio dos EUA, o que pretendem é exterminar um povo que há décadas luta por seu direito a viver com dignidade. Não é uma guerra, se trata de uma política de extermínio, é um genocídio provocado pelo Estado de Israel que tenta a todo custo acabar com a resistência do povo palestino que há décadas luta por sua autodeterminação. São bebês, crianças, jovens, mulheres e homens trabalhadores que estão sendo assassinados, desde 2023 já são mais de 45 mil que morreram vítimas da política assassina de Israel.

No Brasil não estamos isolados do que como classe vivemos no mundo:

Um governo de conciliação de classes, subserviente aos interesses do Capital: nós da oposição a direção do SISMMAC juntos da Intersindical- Instrumento de Luta e Organização da Classe Trabalhadora não titubeamos em nos colocarmos em movimento para derrotar o governo genocida de Bolsonaro em 2023, por isso em cada local em que estamos chamamos o voto no PT, em Lula nas eleições gerais, mas sem nenhuma ilusão com seu governo de conciliação de classes, mas sim para derrotar Bolsonaro e avançar na luta em defesa dos direitos.

No Brasil o que já estava muito ruim piorou com o governo genocida de Bolsonaro: vivemos num país formado a partir da colonização europeia que exterminou vidas dos povos indígenas, que usou a força de trabalho e vidas de negros e negras arrancados da África sendo escravizados, um país em que o Capital se utilizou de

ditaduras militares para garantir o aprofundamento da exploração contra a classe trabalhadora e que também se utilizou da democracia representativa para seguir gerindo seus interesses na máquina do Estado. **Uma das armas tão bem utilizadas pelo Capital foi o sequestro da memória coletiva da classe trabalhadora potencializando a alienação:** um país que dizimou indígenas e que ainda hoje não os reconhece como os povos originários, que compensou financeiramente os que se utilizaram da escravidão de negras e negros após o seu fim, que exilou, torturou e assassinou centenas de milhares na ditadura financiada pela burguesia e praticou outra violência: tentar apagar e distorcer a história de resistência e luta da classe trabalhadora. A recente democracia no Brasil acompanhada dessa ausência da memória coletiva da classe trabalhadora permitiu que governos pós-ditadura, como Collor, FHC fossem gerentes diretos dos interesses capitalistas na máquina do Estado. O PT após

se mostrar “capacitado” para manter a alienação pregando um mundo melhor através de conciliação de classes foi consentido pela burguesia para também gerenciar suas demandas no Executivo Federal. Nos últimos anos novamente o Capital faz o movimento de trocar seus gerentes na máquina do Estado para acelerar e aprofundar a exploração contra a classe trabalhadora. No Brasil impuseram o impeachment contra Dilma em 2016 e a prisão de Lula em 2018, pois o PT não era mais funcional para suas demandas nesse período. Com Temer/MDB o Capital conseguiu impor a terceirização irrestrita e materializou a principal reforma dos patrões, a reforma trabalhista que abriu as portas para o extermínio de direitos e a tentativa de destruição dos instrumentos de defesa dos trabalhadores, como os Sindicatos. Bolsonaro não era o candidato do Capital, mas ao ver sua candidatura com Geraldo Alckmin/ ex-PSDB derreter, não teve nenhum problema de tê-lo como seu próximo gerente no Executivo.

Bolsonaro se elegeu não só pelas mentiras nas redes sociais, mas fundamentalmente pela situação econômica provocada pela ação do Capital para sair de sua crise e pela alienação imposta aos trabalhadores. Seu governo atacou terras indígenas e quilombolas a serviço do agronegócio, estimulou o racismo, a misoginia e a homofobia e junto a isso cortou drasticamente investimentos públicos no combate a violência de gênero, orientação sexual e combate ao racismo. O desgoverno de Bolsonaro impôs uma reforma da Previdência que obriga os trabalhadores a trabalharem até a morte e tenta aprofundar os ataques da reforma trabalhista, ao propor novas alterações nas contratações de trabalho com o objetivo de liberar os patrões a pagar salários menores que o salário-mínimo, passar por cima dos direitos e destruir as Organizações dos trabalhadores. Esse governo tem suas digitais nas mortes durante a pandemia. Seu governo negou a gravidade da pandemia, boicotou

as vacinas, impôs Medidas Provisórias que liberaram os patrões a demitirem em massa, reduzir salários e diminuir direitos.

Para derrotar o governo Bolsonaro, chamamos o voto em Lula e para seguir enfrentando as ações de conciliação de classes do governo do PT: é isso que estamos fazendo em cada local de trabalho, moradia e estudo em que estamos presente para avançar na luta com independência em relação aos patrões e governos, autonomia em relação aos partidos e na organização a partir da base, avançar na organização da classe trabalhadora no Brasil.

O governo Lula até agora segue subserviente aos interesses do Capital e de seus agentes no Congresso Nacional: o pacote fiscal do governo anunciado pelo Ministério da Economia no final de 2024 foi a repetição da política de conciliação de classes do PT em que pouco ou nada faz pelos trabalhadores e protege os interesses capitalistas. O anúncio de isenção do imposto de renda para quem recebe salários de

até R\$5.000,00, que talvez será efetivado em 2026, tinha como objetivo lançar uma cortina de fumaça sobre os ataques contra parte de nossa classe que mais precisa dos serviços públicos. O governo pois o pente fino no BPC (Benefício de Prestação Continuada) e no Bolso Família e tem como discurso o combate às fraudes mas na realidade retirará do programa muitos que dele precisam. Foi assim também, no pente fino das perícias médicas imposto pelo governo Temer/MDB em que milhares de trabalhadores receberam alta sem as mínimas condições de retorno ao trabalho.

O Parlamento dando

sustentação a mais ataques: é isso que significa o Projeto de Lei (PL) 4614/2024, que altera regras para concessão do Benefício da Prestação Continuada (BPC), tornado o acesso mais restrito e para menos pessoas beneficiárias, que teve um requerimento de urgência aprovado na Câmara dos Deputados em dezembro de 2024. O Congresso Nacional seja na Câmara dos deputados

e no Senado é formada em sua maioria pela extrema direita e por um centrão que nada mais são do que capachos do Capital que no Parlamento estão em função de proteger seus interesses particulares, eleitorais e garantir as demandas do Capital contra a classe trabalhadora. Entre os principais pontos, o PL impõe barreiras tecnológicas para acesso e permanência do benefício – a exemplo do cadastro biométrico e da atualização cadastral, sem investimento para viabilizá-la. Além disso, limita o aumento do salário-mínimo e, conseqüentemente, o valor do BPC, colocando em risco a renda da pessoa que o recebe para suprir suas necessidades básicas. Outro ponto de retrocesso é a redução das pessoas idosas e das pessoas com deficiência para ter direito ao recebimento. A proposta também altera o abono salarial com o objetivo de num futuro próximo acabar com esse direito para parte de nossa classe que recebe os menores salários, no pacote também há alterações no reajuste do salário-mínimo que

aprofundará ainda mais o arrocho salarial.

Enquanto ataca quem nada tem, nada, nenhuma linha que trate de combater a sonegação das grandes empresas, muitas delas multinacionais à Previdência Social que com a atualização de dados já ultrapassa a R\$500 bilhões de rombo. Somente algo muito superficial de taxaço maior aos que têm rendimento superior a R\$50 mil.

Em abril de 2025 se escancarou no país mais um ataque a direitos dos trabalhadores aposentados praticados através de fraudes no INSS: a fraude iniciada no governo Temer/PMDB continuou durante todo o governo Bolsonaro e, o atual governo em que pese ter iniciado as investigações também não criou até agora mecanismos para parar a sangria que arrancou valores das aposentadorias de milhões de aposentados que foram parar nos bolsos de criminosos. A fraude foi praticada por membros de algumas associações e sindicatos e por membros da alta cúpula do INSS e era feita da seguinte forma: através

de convênios dessas associações e sindicatos com o INSS em que foram descontados valores não autorizados pelos aposentados e/ou para serviços que não foram prestados. O crime enriqueceu indivíduos que fraudaram autorizações dos aposentados que nunca existiram e se utilizaram das limitações de acesso às informações dos trabalhadores sobre os referidos descontos. Até assinaturas falsificadas foram feitas se aproveitando da falta de informação e acesso dos aposentados aos mecanismos de averiguação do que é descontado de suas aposentadorias. Os meios de comunicação do Capital tentam de forma hipócrita afirmar que a fraude se dá como uma forma de financiamento para os sindicatos que após aprovação da reforma trabalhista com o fim do imposto sindical ficaram sem verbas, quando na realidade a reforma trabalhista atacou principalmente direitos trabalhistas e tenta esconder que essa fraude atinge aqueles sindicatos e associações não comprometidos com a defesa

dos trabalhadores e de forma nenhuma as Organizações e Sindicatos que de fato lutam na defesa da classe trabalhadora. A demissão do presidente do INSS e do Ministro da Previdência vieram tarde e é preciso mais: exonerar todos os que foram parte da fraude, bem como punir e exigir das entidades e empresas que faziam parte desse esquema a devolução do que é devido aos aposentados. Mais do que isso; o governo federal que até agora não revogou as reformas trabalhista de 2017 e da Previdência de 2019 que tanto mal fizeram à classe trabalhadora precisa imediatamente criar mecanismos que impeçam a fraude, garantir a devolução dos valores que foram retirados dos aposentados e restituir os direitos retirados nas reformas a serviço do Capital. **Ou seja, o governo do PT segue subserviente aos interesses do Capital que cobra mais, mais ajustes que significam mais cortes em áreas essenciais como saúde, educação, Previdência.**

Governos estaduais também a serviço de acabar com os

direitos sociais conquistados pelos trabalhadores: Seja Ratinho Junior/PSD no Paraná, seja Tarcísio de Freitas/Republicanos em São Paulo como outros governos estaduais estão a serviço de garantir as demandas do Capital atacando direitos, destruindo serviços públicos e dessa forma atacando direitos da classe trabalhadora e seus filhos.

Ampliação das privatizações de recursos naturais fundamentais a vida, como a água, foi assim a privatização da SABESP em São Paulo, entregam para empresas privadas serviços públicos que podem se tornar mercadorias rentáveis, como o metrô também em São Paulo em que recentemente um trabalhador, professor de educação física pai de 3 filhos foi morto prensado entre as portas automáticas de um trem que não tem mais um operador, são assim as linhas privatizadas.

Na saúde, os governos ampliam as terceirizações e entregam para as Organizações que de sociais nada têm um serviço essencial para a população trabalhadora

trazendo como consequência a piora do atendimento e piores condições de trabalho para o conjunto dos trabalhadores, servidores públicos e contratados. Na Educação esses governos de direita além de abrirem espaços para as empresas privadas, tentam transformar a escola num espaço de adiestramento e repressão a serviço das demandas do Capital, é a isso que se presta a proposta de militarização das escolas.

Em Curitiba o serviço público municipal passou por 8 anos de gestão Greca que veio para recolocar a todo vapor o orçamento municipal a serviço de seu grupo

político-empresarial. Para isso, congelou salários e carreiras por 7 anos, terceirizou parte da força de trabalho, não realizou a reposição dos trabalhadores que aposentaram e não investiu na infraestrutura dos equipamentos. O resultado foi um grande avanço na precarização dos direitos sociais das famílias trabalhadoras da cidade.

O atual prefeito, Pimentel, foi seu vice-prefeito por 8 anos. É a continuidade do projeto desse grupo político-econômico que pretende chegar ao máximo da privatização possível do que é público.

Com o conjunto da classe trabalhadora avançar na luta por:

Romper as cercas das nações e fortalecer a luta internacional da classe trabalhadora, sendo uma das principais lutas, a luta em defesa do povo Palestino contra o genocídio provocado pelo estado sionista de Israel.

No Brasil é preciso fortalecer a exigência ao governo federal da revogação das reformas trabalhista de 2017 e da Previdência de 2019.

-
- Pela redução da jornada de trabalho, sem redução salarial, como o fim da escala 6x1.
 - Contra as privatizações e a terceirização. Em defesa dos serviços públicos de qualidade para o conjunto da população trabalhadora.
 - Contra a militarização das escolas.
 - Em defesa do SUS.
 - Pela manutenção e ampliação dos serviços públicos de proteção a vida das mulheres.
 - Por ações concretas do governo federal que punam o racismo institucionalizado.
 - Por respeito aos indígenas e suas terras, sua luta é uma luta em defesa da vida.
 - Sem anistia para golpistas, exigir punição para os que arquitetaram e participaram ativamente da tentativa de golpe em 08 de janeiro de 2023.
 - Punição aos fraudadores do INSS, devolução imediata do que é devido aos aposentados.

II. Análise do movimento sindical

Hoje, a maior parte das centrais sindicais seguem subservientes

ao governo e aos interesses do Capital: as centrais sindicais, CUT,

Força Sindical, UGT, Nova Central, CTB entre as demais desse campo só tem como prioridade a volta do financiamento sindical e a sustentação do governo Lula sem pautar as necessidades mais urgentes da classe trabalhadora.

No primeiro ano do atual mandato de Lula essas centrais apresentaram uma proposta ao governo que além de não ter sido discutido com o conjunto do movimento sindical, tem por essência estimular a conciliação de classes que para a classe trabalhadora significou nas últimas décadas redução salarial, retirada de direitos, mais demissões e a piora das condições de vida e trabalho.

O projeto denominado: “Projeto de Valorização e Fortalecimento da Negociação Coletiva e Atualização do Sistema Sindical Brasileiro” traz em sua propaganda a valorização da Negociação Coletiva contra as investidas patronais de acordos individuais impostos pela reforma trabalhista de 2017, mas esconde que se trata da reedição de projetos anteriores feito por essas

centrais em que ao negociado se sobrepor ao legislado não significou a manutenção e ampliação de direitos, ao contrário, possibilitou aos patrões terem melhores condições de impor Acordos em que direitos e salários foram reduzidos.

Outra falácia do Projeto é dizer que a proposta acaba com a intervenção do Estado na organização dos trabalhadores, pois a estrutura proposta por essas centrais cria uma Câmara dos Trabalhadores e uma Câmara dos Empresários que em momentos de divergência terão a representação do Estado para ser o árbitro dos conflitos. Além disso, propõe a possibilidade de financiamento público às entidades sindicais (sindicatos, federações, confederação e centrais sindicais) e a possibilidade da criação de uma Agência Reguladora da atividade sindical, ou seja, a proposta muda a forma, mas mantém a intervenção do Estado na organização sindical. Tão e mais grave é a convivência de manter os ataques da reforma trabalhista, pois não há nada no

projeto que apresente revogação de ao menos os itens que são a base da reforma, como a revogação do fim da ultratividade, regra jurídica que significa a garantia dos direitos contidos nas Convenções e Acordos Coletivos independente da renovação da assinatura de Acordos futuros.

O projeto apresentado pela CUT, Força Sindical e UGT propõe regras de aferição de representação (Acordos Coletivos em relação ao número de trabalhadores representados pelos sindicatos) e representatividade (sindicalização em relação ao número de trabalhadores representados pelo sindicato), com o objetivo de tentar impor como representação dos trabalhadores às organizações sindicais que se submetam à conciliação de classes o que significa aceitar qualquer Convenção e Acordo Coletivo em que direitos possam ser eliminados. Travestidos de um discurso de combate aos sindicatos cartoriais que se criam sem participação dos trabalhadores a proposta de aferição de Acordos Coletivos e

de sindicalizados desconsidera por completo a investida patronal de eliminar direitos e impedir o direito legítimo de sindicalização dos trabalhadores. O cerne da proposta está em criar um sistema de organização sindical que atropela os sindicatos de base com o objetivo de privilegiar Acordos setoriais ou nacionais em que o negociado se sobreponha ao legislado sem nenhuma garantia de avanço dos direitos, prova cabal disso é que em nenhuma linha do Projeto consta a revogação dos pontos da reforma trabalhista em que o negociado acima do legislado significou o extermínio direitos. A proposta tem como objetivo central criar um sistema de negociação que garanta dar legitimidade ao que essas centrais sindicais já fizeram antes, construir Acordos em que os patrões mantiveram e ampliaram seus lucros atacando direitos dos trabalhadores com o falso argumento da manutenção dos empregos. Ou seja, a CUT e as demais centrais sindicais desse campo seguem operando

para conciliação de classes o que significa mais derrotas para a classe trabalhadora. Estão distantes dos locais de trabalho, subservientes ao governo federal e como antes da reforma trabalhista, seguem aceitando Acordos que reduzem direitos e salários dos trabalhadores.

Por que os professores municipais de Curitiba romperam com a CUT? Para retomar a luta em defesa dos direitos com independência em relação aos patrões e seus governos

Desde 2011, quando a grande maioria dos professores derrotou a direção cutista nas eleições do sindicato, propusemos o debate sobre a desfiliação do SISMMAC à CUT, fazendo o devido balanço sobre essa Central que nasceu da luta da classe trabalhadora, mas se distanciou dos trabalhadores, aliando-se aos patrões e abaixando a cabeça para os governos.

Em 2012, no encerramento do X Congresso de nosso sindicato, a grande maioria da categoria votou pela desfiliação desta central. O SISMMAC então saiu da CUT, uma

central que iniciou sua história com os trabalhadores/as mas há muito tempo atua contra as/os trabalhadoras/es.

A CUT foi fundada na década de 1980 no seio das lutas operárias e de grandes greves gerais da classe trabalhadora, num Congresso com mais de 5 mil trabalhadores e trabalhadoras que enfrentaram a ditadura. Os princípios de fundação da Central eram: *Independência em relação aos patrões e governos, autonomia frente aos partidos políticos e organização da luta pela base*. No decorrer dessa década, foram muitas greves e trabalho de base que fez com que conseguíssemos como classe retomar o enfrentamento contra os ataques do Capital.

Já na década de 90, a CUT ruma para o caminho da conciliação de classes, ou seja, começa se aliar ao inimigo, com as Câmaras Setoriais e os acordos tripartites. Os congressos da Central vão se burocratizando, diminuindo de tamanho e de participação de trabalhadores de base, para impor a guinada aos pactos com

os patrões e sua submissão aos governos que foram fundamentais para que o Capital aceitasse o PT na presidência da República no início dos anos 2000.

Já no início de seu governo, em 2003, o PT impôs uma Reforma da Previdência que atacou os servidores que atendem a população trabalhadora ao mesmo tempo em que manteve os privilégios do alto escalão do Judiciário e das Forças Armadas. Durante todos os anos de seu governo, o PT garantiu migalhas à parcela da classe trabalhadora que nada tinha e gerenciou os interesses do Capital na máquina do Estado.

Rompemos com a CUT e nos somamos à reorganização do movimento sindical para avançarmos na luta contra os ataques do Capital e seus governos

Rompemos com a CUT e nos somamos às lutadoras e lutadores que não abriram mão de organizar o enfrentamento contra os ataques a classe trabalhadora. Junto à decisão de desfiliação à CUT, em 2012, aprovamos a

necessidade de contribuir política e financeiramente para o processo necessário de reorganização de nossa classe, a trabalhadora. Por isso foi aprovado destinar os 6,2% de nosso orçamento que iam para burocracia da CUT para as lutas da classe trabalhadora. Sabíamos que professores/as isolados/as, voltados/as para si mesmos, não só retrocedem em seus direitos, como retrocedem em sua consciência. É rompendo com as cercas do corporativismo que avançamos na luta da categoria e do conjunto da classe trabalhadora.

A partir da desfiliação do SISMMAC da CUT e da decisão de voltarmos a nos unir com nossa classe, conseguimos contribuir nos processos de organização e enfrentamento de diversas categorias, como por exemplo nossa solidariedade aos Sapateiros de Franca, tão atacada pela atual direção do SISMMAC. Essa solidariedade, decidida pelo magistério nas instâncias do Sindicato, contribuiu para que os trabalhadores de Franca derrotassem a chapa patronal e

retomassem seu Sindicato para a luta em defesa dos direitos, além de permitir a reorganização do Sindicato que foi dilapidado pelos pelegos que estavam a serviço da patronal.

Para além da contribuição financeira, nós estivemos presentes em vários momentos de enfrentamento contra o Capital nas mais diversas categorias, retomamos a unidade e a solidariedade de classe, fundamental para os enfrentamentos que tivemos em Curitiba.

Durante esses 10 anos à frente das lutas da categoria nosso coletivo buscou qualificar e intensificar a solidariedade de classe, entendendo que para avançar em conquistas e manter direitos é preciso ir além da consciência corporativa do magistério. Sem essa luta, a luta das professoras e professores fica isolada e sem força. Haja vista nos dias de hoje a reforma da previdência que assola os aposentados da rede municipal com o confisco de 14% de suas

aposentadorias. Essa foi uma medida já aprovada para os servidores federais em 2019 pelo governo Bolsonaro, e que Greca fez questão de replicar para nossos aposentados em 2021.

Se a CUT e CNTE foram incapazes e promover mobilizações durante o governo Bolsonaro demonstrando a sua concepção conformista de entidade, agora que o governo federal está com o Partido dos Trabalhadores a situação se repete e piora, com a composição e cumprimento de agendas em comum com o governo.

Porque rompemos com a CNTE?

Embora a direção atual do SISMMAC busque propagar que é fundamental estarmos na CNTE para avançarmos na luta dos trabalhadores da Educação, eles escondem que a CNTE seguiu o mesmo rumo da CUT. Seu atrelamento partidário ao governo do PT é gritante, e impediu que a CNTE tomasse a frente das lutas em inúmeros momentos, como na reforma da previdência de

2003, no PNE em 2014, em que setores da educação privada foram muito beneficiados, inclusive com propostas de compra de vagas com dinheiro público em instituições privadas.

Nos congressos da CNTE, a principal pauta sempre foi defender e eleger os candidatos do PT desde a presidência até os municípios, sempre atrelando qualquer possibilidade de melhoria da educação aos governos. Mesmo quando o governo federal não era mais do PT, a CNTE se demonstrou incapaz de mobilizar sequer uma grande greve nacional pela implementação da Lei do Piso tão reivindicada pela entidade. Deixou essa tarefa para cada região e impôs uma luta inglória às categorias que, em governos inclusive ditos de esquerda, não pagam o piso. Além disso, a entidade nos últimos anos aumentou o número de cargos da diretoria, que quase nunca se altera, gastando com a manutenção da própria instituição seis vezes mais do que com ações de lutas.

Durante a pandemia, a CNTE se restringiu a organizar “pressões” online aos deputados e ao governo, e cantou vitória com pequenos recuos do governo, como foi o caso do reajuste do piso em 2022, que na prática não se concretizou em aumento efetivo para a maioria dos professores. Você deve ter se perguntado cadê meus 33,23% propagandeados pelo governo e cantados como grande vitória pela CNTE? Pois é, sem luta, como já dissemos, os governos não pagam e não pagarão o piso! O anúncio do piso não tem garantido que os municípios respeitem a lei e façam o devido reajuste. Inúmeros questionamentos judiciais são feitos pelos sindicatos e pelos governos a respeito da lei, mas na prática, quem recebe o piso conquistou-o com luta, greves e muita resistência.

A atual direção do SISMMAC que tanto reivindica a CNTE, nesses últimos 4 anos de gestão não promoveu um espaço coletivo sequer para debate sobre as lutas nacionais como a da lei do Piso, reforma da previdência ou trabalhista.

Por termos participado das atividades da CNTE por mais de 6 anos, vimos com nossos próprios olhos a falta de transparência, a burocratização e a ausência de lutas nacionais. Não à toa, em 2018 nossa categoria tomou a decisão de sair da CNTE e deliberou que os 3,8% de nossa arrecadação antes enviados para a entidade seriam então destinados por nós para a luta real dos trabalhadores.

Em vários estados a luta da educação se dá por fora da entidade. É o caso do SEPE, no Rio de Janeiro que se desfilou da CNTE, mas não deixa de fazer as devidas lutas e construir a resistência. Como nós aqui no SISMMAC, que em todos esses anos participamos de diferentes debates educacionais, conferências e congressos, mobilizamos debates sobre a educação na pandemia, apoiamos movimentos em defesa da educação pública e de qualidade, contra o projeto “Escola sem Partido”, nos envolvemos em debates junto à Câmara Municipal e inclusive conquistamos

juridicamente o impedimento da votação da lei da Mordaza em Curitiba.

A unidade do magistério municipal com as lutas educacionais em todas as esferas deve se dar no rumo da luta, da mobilização. Infelizmente a CNTE deixou de ser a entidade mobilizadora nacional, passou a ser palaque eleitoral e entidade burocratizada e voltada a fazer propostas de mudanças de leis e a levantamentos das atividades do legislativo. Não é esse o caminho que os professores engajados devem seguir, o caminho é a resistência e o enfrentamento concreto através de mobilizações da comunidade e do professorado como um todo! Exemplo de luta e resistência nacional que nós quando estávamos na direção do SISMMAC demos demonstramos por exemplo quando mobilizamos a categoria para greve geral contra a PEC do teto em 2016, fomos a categoria que na época mais se mobilizou no Paraná, passando de mais de 2mil professores em greve se somando a greve nacional

convocada pelas centrais e entidades nacionais.

A atual direção do SISMMAC e sua relação com a CUT

Nos dois últimos processos eleitorais a chapa eleita não assumiu na campanha sua relação com a CUT, mas a verdade é que essa chapa teve apoio financeiro e político da CUT, e inclusive a atual presidente já teve cargo na diretoria da CUT no Paraná. A atual direção do SISMMAC tem uma visão estreita e preconceituosa em relação ao conjunto da classe trabalhadora, defende o corporativismo, que é um retrocesso inclusive para o avanço das pautas do magistério. Nas duas campanhas eleitorais utilizaram

de mentiras dizendo que as nossas gestões desviaram dinheiro, quando na verdade apoiamos a luta de diferentes movimentos pelo país afora, fortalecendo a resistência nacional aos ataques de diferentes governos. Eles se importam com os apoios feitos por nós aos diferentes movimentos e devidamente publicizados em nossa prestação de contas, mas não se importam com a omissão das prestações de contas da CNTE e CUT. E escondem que se o SISMMAC estivesse filiado a CUT e CNTE enviaria 10% do orçamento para a entidade e isso significaria em média 40 mil reais mensais o que em um ano seria meio milhão de reais para entidades burocratizadas e ligadas ao governo federal.

Propostas

1) Manter a deliberação de solidariedade de classe que vai além dos apoios financeiros, mas sim de estarmos unidos às Organizações de trabalhadores que tenham como princípios:

- a) Independência em relação aos patrões e governos,
- b) Autonomia frente aos partidos
- c) Organização pela base

-
- 
- 2) Manter o SISMMAC desfilado da Central Única dos Trabalhadores
 - 3) Manter o SISMMAC desfilado da CNTE.
 - 4) Participar de atos e movimentos nacionais.
 - 5) Participar e promover o debate a respeito do movimento sindical docente e em defesa da educação pública.
 - 7) Manter e ampliar a unidade com as Organizações que não se renderam à conciliação de classes e segue firmes an lute do conjunto da classes trabalhadora.
 - 8) Organizar a Luta pela implementação completa da Lei do Piso.
 - 9) Pautar e debater a revogação da Reforma da Previdência e Trabalhista.

III. Plano de trabalho do sindicato

Nós professoras e professores de Curitiba que hoje atuamos em nossos locais de trabalho e fazemos oposição à atual direção do SISMMAC, apoiados pela Intersindical – Instrumento de Luta e Organização da Classe

Trabalhadora – assumimos a direção do SISMMAC em agosto de 2011, retomando as lutas enquanto categoria. Em 2012, com muita mobilização nos locais de trabalho a nossa gestão à frente do SISMMAC foi capaz de pôr em movimento

mais de 7 mil professores em greve contra uma proposta que tentava impor a gratificação por meritocracia e manter dessa forma o arrocho salarial. Barramos a política de gratificação e conseguimos 19,56% de aumento com a forte greve do magistério de Curitiba contra o PPQ. Dois anos depois, em 2014, foram duas grandes greves que pararam a cidade em luta por nosso plano de carreira, que corrigiu distorções das décadas anteriores, e deu até 60% de ganhos para os professores mais antigos. Estivemos também à frente da dura resistência aos ataques do desgoverno Greca, a partir de 2017, das grandes greves construídas em conjunto com o serviço público municipal e no enfrentamento à repressão policial contra esses movimentos. Estivemos à frente da direção sindical no período de maior ataque a nossa categoria, no ascenso da extrema direita no país com a eleição de Bolsonaro presidente em 2018 e durante toda a epidemia mundial da covid-19. Uma década, marcada por 5 anos iniciais de muitas vitórias

e de 5 anos finais de muitos ataques a essas conquistas por parte daqueles que se beneficiam privadamente do orçamento público da cidade.

A luta é pela BASE

Os ataques que a classe trabalhadora vem enfrentando nos últimos anos reforçam o quanto a luta de classes se faz presente não só no campo da teoria e da História, mas a cada retirada de direitos e a intensificação do trabalho que reforçam a necessidade da nossa classe se organizar a partir dos locais de trabalho e mobilizar para barrar os ataques do capital e seus governos.

Se faz urgente manter o sindicato como instrumento de luta e mobilização, ouvindo e mobilizando a categoria acerca da realidade do chão da escola que tem sido atacada com a precarização do trabalho e a falta de valorização. Absorvendo cada vez mais demandas sociais e tendo cada vez mais a cobranças burocráticas e exaustivas que distanciam do trabalho pedagógico

que deveria ser o objeto central para educar os estudantes.

Por isso a direção do SISMMAC deve intensificar as visitas aos locais de trabalho e estar junto à categoria na base para realizar os enfrentamentos necessários do período.

Lutar por uma Educação realmente inclusiva

O processo de inclusão que acontece nos últimos em nossa rede tem se demonstrado um tremendo fracasso. Não por parte das professoras, estagiárias e demais trabalhadoras da educação envolvidas nesse trabalho, mas sim pelas condições impostas pela administração.

- Falta de redução de alunos por turma quando a mesma tem aluno de inclusão; - Falta de limite de alunos de inclusão por turma (atualmente temos relatos de turmas até com 9 alunos de inclusão sem redução);

- Retirada da tutora especialista para atuar com esses estudantes,

substituídas por estagiárias que estão começando seu processo de formação, mais um absurdo aprovado na gestão Greca;

- Demora nos encaminhamentos para avaliação e diagnóstico de estudantes;

- Falta de profissionais da saúde para atendimento desses estudantes em diversas especialidades;

- Falta absurda de vagas nas escolas especiais com listas de espera de mais de 150 estudantes.

Tudo isso mostra o quanto a inclusão que acontece em Curitiba é na verdade uma mentira. Crianças sem o atendimento de qualidade necessário para desenvolvimento de suas potencialidades, excesso de estudantes por turma e com isso excesso de situações problemas complicando o desenvolvimento dos estudantes em geral, professoras em processo de adoecimento de diversas maneiras por estarem expostas a essas péssimas condições para realização do trabalho pedagógico.

Contribuímos na construção desse tema na pauta de

reivindicações entregue em março para a gestão Pimentel com inclusão de pontos ausentes e enfatizando sua centralidade. Propusemos também no Conselho de Representantes de abril que o SISMMAC faça materiais para a comunidade escolar expondo a inclusão de mentira que acontece atualmente em Curitiba.

Lutar pela qualidade da Educação Infantil que acontece nas escolas

A Prefeitura tem feito nos últimos anos, com maior intensidade, a transferência da educação infantil de 4 e 5 anos para as Escolas. Porém a realidade mostra que essa transferência vem acompanhada da precarização no atendimento dessas crianças, prejudicando o trabalho pedagógico das professoras e contribuindo com o adoecimento na categoria.

Excesso de alunos por turma, estamos com prés com até 30 crianças quando não poderiam

passar de 25 e o pior com uma professora somente na turma, no máximo com uma estagiária para auxiliar, quando tem. E aqui também temos alunos de inclusão com as condições tratadas anteriormente.

A pergunta nesse caso é porque a mesma modalidade de ensino não tem as mesmas condições? No Cmei as professoras Docência I contam com o apoio de duas professoras da educação infantil para atender as crianças dessa faixa etária, porque isso não acontece nas escolas?

Sem contar as condições estruturais improvisadas que desconsideram tudo que foi construído em décadas nos Cmeis em termos de estrutura para essa modalidade e improvisando em salas inadequadas para o projeto pedagógico desenvolvido historicamente na rede, nos espaços de brincar como parquinhos, nos espaços de higiene como banheiros, e para alimentação como refeitórios.

Também estivemos reforçando

esse tema na pauta de reivindicações e nos debates nos Conselhos de Representantes desse ano. É Preciso que o SISMMAC construa materiais para a comunidade também nesse tema para expor a dura realidade que crianças e professoras estão submetidas nas escolas.

Lutar por um plano de Carreira de verdade

Após 7 anos de congelamento do melhor plano de carreira já conquistado pelo magistério municipal de Curitiba, o plano de 2014, a Prefeitura implementou um novo plano de carreira horrível, pior que o de 2001. Mais de 20 anos de retrocesso em nossa carreira. E a atuação da atual direção do SISMMAC também foi desastrosa.

Em sua ânsia de não reconhecer as vitórias da categoria no período em que não estavam na direção, não reconheceram o plano de 2014 conquistado depois de 2 anos de negociação e duas greves fundamentais. Chegaram a repetir em assembleia da categoria as

mesmas palavras do Greca: “Não é um plano é um sentimento de plano que vocês conquistaram”. Um absurdo. Defenderam a negociação com a Prefeitura abrindo mão do plano de carreira de 2014 e acreditando que negociariam a partir do que estava estabelecido no plano de 2001, erraram e o resultado: o pior plano de carreira do magistério de Curitiba já estabelecido em lei.

Nossa única alternativa agora é lutar para termos um plano de verdade. Primeiro passo: luta para que os crescimentos sejam para todos, sem cortes. Depois, que os processos sejam anuais e não bienais. Ou seja, o que tínhamos conquistado em 2014.

Mas, a atual direção do SISMMAC não pode ficar tão apática para impulsionar a mobilização por essas conquistas. Precisa de muita presença nos locais de trabalho alertando para a iminência dessa luta, já que o processo de crescimento vertical deve ser realizado nesse ano ainda.

Luta contra a Privatização passa pela luta contra a precarização do trabalho

A receita para esse processo privatista é clara: precarizar para privatizar. Foi assim, aqui no estado e em demais processos de privatização do que é público. Então todas nossas pautas que defendem a qualidade da educação e geram envolvimento da comunidade escolar como um todo é a principal arma contra esse processo. É no fortalecimento da relação escola-comunidade que venceremos essa luta. Vimos isso, no processo do estado do Paraná também.

Saúde do Trabalhador: Levantamento do Adoecimento da Categoria

O adoecimento e afastamento de professores diante da sobrecarga de trabalho tem sido frequente em cada equipamento da educação. São inúmeros os laudos, afastamentos definitivos e

temporários. Em 2013, o SISMMAC realizou um levantamento da saúde dos professores em que constatou que 40% da categoria já fazia uso de medicação controlada para ansiedade ou depressão. É importante realizar mais uma vez esse levantamento e cobrar junto à gestão Pimentel a divulgação de dados sobre a saúde dos professores e cobrar ações para a promoção da saúde e bem-estar dos professores.

Defender e promover debate sobre o IPMC

Nosso Instituto de Previdência está cada vez mais ameaçado. Com o saque de 700 milhões do Instituto em 2017 e a criação do CuritibaPrev, que visa desviar recursos que poderiam fortalecer nosso IPMC para a previdência privada, o IPMC tem sua saúde financeira cada vez mais afetada. Além disso, a redução da contratação de servidores estatutários diminuiu drasticamente a contribuição dos servidores para o Instituto. É preciso debater e fortalecer a defesa do IPMC para ativos e aposentados!

Defender o ICS

Com a abertura para possibilidade de cobrança por faixa etária para dependentes maiores de 18 anos, o ICS passa a atuar mais próximo de como funciona um plano privado. Com a crise, dificuldade de recursos médicos humanos e não humanos, o desmonte do SUS, somados ao reajuste abaixo da inflação real, a tendência é que o ICS fique cada vez mais precarizado e que se justifique posteriormente a cobrança de mensalidade diferenciada de acordo com a idade do servidor. É preciso debater a intensificar a luta em defesa do ICS financiado exclusivamente de forma solidária e proporcional, não aumentando as alíquotas por serviços, o que se beneficia quem já tem maiores salários. É preciso organizar a luta e reivindicar a retomada dos atendimentos odontológicos dentro do ICS e não através da empresa terceirizada Dental Uni, que já se mostrou incapaz de atender as demandas da categoria com qualidade.

Pedagogas

Fortalecer o debate com as pedagogas promovendo encontros e formações. Rebatendo o engessamento do trabalho pedagógico na rede municipal. Organizar as pedagogas para o enfrentamento das demandas burocráticas e a falta de tempo para estudo e formações.

Em 2016 promovemos um curso com as pedagogas com mais de 40h com certificado de extensão pelo UFPR o que garantiu a união e fortalecimento da pauta das pedagogas. Foi revisado também o decreto das funções, impedindo funções fora do sumário pedagógico de atribuições.

O último procedimento interno de mudança de área de atuação foi em 2011. É preciso retomar esse procedimento, mas para que ele não acarrete em mais desmonte nas unidades, ele precisa vir acompanhado de novo concurso para professor. Conforme dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Recursos Humanos 40% das vagas de pedagogia escolar são

ocupadas hoje por RIT's. Além disso grande número de pedagogos atua junto a SME nas equipes de diferentes departamentos, desfalcando ainda mais o quadro das escolas e CMEI's.

Educação Física

O governo Greca promoveu o maior ataque à atuação dos professores de Educação Física das últimas décadas. Após mais de dez anos de atuação especializada nas escolas, tanto com o ensino regular, como com os projetos de contraturno, os professores de Educação Física foram afastados da atuação com as turmas integrais, como mais uma forma de diminuir o número de professores das escolas. As práticas de movimento da educação integral são ministradas hoje por professores generalistas, de Doc. I, retomando a prática que havia sido superada das recreacionistas. Um retrocesso pedagógico, e um verdadeiro desrespeito com os professores, depois de anos com excelentes projetos desenvolvidos no chão da escola.

É preciso retomar a luta dos professores de Educação Física para que todas as aulas de Educação Física, independente do nome que a gestão queira dar, como Práticas do Movimento, voltem a ser ministradas por professores especializados da área.

Aposentadas e Aposentados

Manter e fortalecer o coletivo de aposentados. Realizar campanha constante da importância da manutenção da filiação após aposentadoria. Mobilizar ações de resistência ao confisco dos 14% de parte do salário das aposentadas imposto por Bolsonaro e Greca.

Dar continuidade a atividades que valorizassem a luta antirracista

Desde 2013 o SISMMAC tinha parceria com a ACAD – Academia de Capoeira Angola Dobrada em Curitiba. Essa parceria possibilitou a organização de oficinas para dezenas de professores de

educação física e arte e atendeu milhares de crianças nas escolas de Curitiba.

Nesses últimos 10 anos também foram promovidos, debates, oficinas, Semana da Consciência Negra e materiais específicos sobre a luta antirracista. Inclusive uma das revistas Chão de Escola teve a temática.

É preciso continuar lutando pela efetiva implementação das Leis 10.639/2010 e 11.645/2008.

Dar continuidade ao Debate de Gênero e contra a homofobia

Realizar momentos de reunião com a categoria a respeito da opressão de gênero e a LGBTfobia. Em 2018 e 2019 criamos o grupo de debate Nós e nossos Nós, que tinha como propósito debater o questões cotidianas, realizar atividades de expressão corporal e estudos sobre o tema.

Problematizar e reivindicar junto a PMC os dados da população LGBTI que trabalham na rede municipal, de forma a não invisibilizá-los

e promover o debate com a categoria a respeito da importância do respeito e à tolerância a todas as formas de família.

Organizar o CR de forma democrática e potencializar a ação dos representantes

Todos os aspectos levantados, somados aos ataques do governo Bolsonaro, revelam que o projeto de desmonte dos serviços públicos segue acelerado com a PEC do Teto dos gastos, Reforma Trabalhista e Reforma da Previdência, que precisam ser derrotados com a mobilização de todos os trabalhadores e a consciência de que as urnas são necessárias, mas não suficientes diante da luta de classes que vivemos.

Defender nossos direitos e lutar por condições de vida e trabalho são ações que exigem antes de tudo uma reflexão no chão da escola, que precisa ser um espaço humanizado de união dos trabalhadores. Por isso, o Conselho de Representantes

precisa ser democrático, pensado antecipadamente e deve ser um espaço para debater estratégias de luta envolvendo os representantes na construção da campanha de lutas e mobilização da categoria para o enfrentamento aos ataques.

Dar seguimento à construção do Salão para a SEDE do SISMMAC

Em nossas gestões a frente do SISMMAC, criamos e fizemos crescer o fundo de aquisição de sede, que nos permitiu em 2018 comprar a primeira sede própria do nosso sindicato! Após 30 anos de aluguel, o sindicato ganhou uma casa. No XII Congresso do SISMMAC, em 2018, aprovamos a aplicação de uma verba mensal fixa para a ampliação e construção do Salão para nossa sede. O aprovado foi 8% do orçamento para esse fim. Já existe um projeto aprovado para a construção do salão, encaminhado na última gestão. É fundamental dar seguimento a esse projeto bem como manter o orçamento a ser reservado.

Política Financeira

Nos últimos 10 anos o patrimônio do SISMMAC aumentou 26 vezes. Um número que surpreende, mas que é fruto da combinação de uma política acertada de campanha de filiações, aliada às conquistas salariais e à seriedade na gestão dos recursos do sindicato. Tudo isso nos permite hoje ter sede própria, frota de carros para o trabalho de base, e fundo de greve forte para construir nossas mobilizações.

É essencial para a retomada de nossas lutas, manter as campanhas de filiação constantes e de convencimento quando ocorrem pedidos de desfiliação.

Nosso sindicato realizou em 2022 o pagamento da maior execução judicial já realizada numa ação jurídica de servidores municipais, as Horas Extras dos sábados de 2010. É essencial divulgar o saldo que fica para nossa entidade com essa operação: ampliação do quadro de sindicalizados, saldo não retirado pelos professores, gastos operacionais.

Por fim, é fundamental manter a política de transparência

adotada na última década em nosso sindicato, divulgando amplamente a prestação de contas mensal, assim como respeitando a exigência estatutária de realizar anualmente as Assembleias de Prestação de Contas e de Plano Orçamentário.

Eleições do SISMMAC

O distanciamento dos locais de trabalho, produz sindicatos burocratizados voltados para interesses que não são o dos trabalhadores: recentemente aconteceu a eleição do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Curitiba-SISMUC e a triste novidade é a forma como se deu o processo eleitoral. Com o argumento hipócrita de redução de custos, a eleição se deu de forma virtual, ou seja, não houve a coleta de votos dos trabalhadores nos locais de trabalho com cédulas e urnas, mas sim através de meio eletrônico, em que os trabalhadores sindicalizados receberam uma senha/código de acesso para votar. Além de simplesmente ignorar a dificuldade de acesso aos meios

tecnológicos que ainda atinge uma parte de nossa classe, essa forma de votação garante acesso irrestrito ao programa utilizado somente a quem está na atual direção do Sindicato e o mais grave: é o distanciamento do Sindicato dos locais de trabalho. Durante a eleição do SISMUC foram várias as reclamações de servidores que não conseguiram votar, ou não conseguiram registrar sua decisão de votar em branco, ou seja, o que leva-se a concluir que a forma como se organizou o programa para coleta de votos praticamente obrigava o trabalhador a votar na chapa única e em seu conselho fiscal. A alteração da organização do processo eleitoral do SISMUC se deu de forma burocrática, sem a participação efetiva da base, numa assembleia esvaziada decidiram por ampliar seu distanciamento dos trabalhadores.

Durante as eleições

do SISMMAC em 2024 que aconteceram em dois turnos, pois não foi atingido o quórum estatutário em primeiro turno,

vimos da atual direção do Sindicato o desejo de alterar a forma de organização do processo eleitoral, optando pela forma burocrática de votação online, que não garante a devida paridade entre chapas inscritas e o respeito a decisão da categoria.

Por tudo isso, nós da oposição a direção do SISMMAC somos contra esse formato de eleições, da mesma forma que defendemos que o lugar do Sindicato é nos locais de trabalho, presente e atuante junto à categoria, também assim

deve ser as eleições do Sindicato, garantindo que o trabalhador possa votar em seu local de trabalho através de urnas em que há presença dos mesários indicados pelas chapas inscritas na disputa eleitoral. Registrando que qualquer tentativa de alteração na organização do processo eleitoral só poderá ser feita a partir de alterações no Estatuto que devem ser amplamente discutidas com os trabalhadores e deliberadas em assembleia destinada para esse fim.

Assinam a tese

1. Adriana Caroline Pansolin – Escola Municipal Professor Darcy Ribeiro
2. Adriana Glock – Aposentada
3. Adriângela Zanetti – Escola Municipal CAIC Cândido Portinari
4. Adriano Moreira – Escola Municipal Bairro Novo do CAIC
5. Ana Cláudia Xavier Moraes – Escola Municipal CEI Eva da Silva e Escola Municipal CEI Rita Anna de Cássia
6. Anderson Kachenski – Escola Municipal Osvaldo Arns
7. Ariane Lopes – Unidade de Educação Integral Padre João Cruciani
8. Caroline Francly Rosa Freitas Dvoiaski – Escola Municipal Desembargador Marçal Justen
9. Celíria do Rocio Robatini – Escola Municipal CEI Bela Vista do Paraíso
10. Damaris Bazia – Escola Municipal

Helena Kolody

11. Darciane Pereira Carneiro
Rodrigues – Escola Municipal Vila
Zanon

12. Dulcemar Chaves – Escola
Municipal Professor Brandão

13. Eumar André Kohler – Escola
Municipal Maria Clara Brandão
Tesserolli

14. Francielly da Silva Costa – Escola
Municipal CAIC Candido Portinari

15. Gabriela Dalago – Escola
Municipal CEI Rita Anna de Cássia

16. Gisélia Rosa Moraes –
Aposentada

17. Gracieli Bacelar Ferreira – Escola
Municipal Vila Zanon

18. Ismenia Portela – Aposentada

19. João Antônio Rufato – Escola
Municipal Durival de Britto e Silva

20. Marco Antônio Mafra – Escola
Municipal Leonel Brizola

21. Maria das Graças dos Santos
– Aposentada e Escola Municipal
Hamilton Calderari Leal

22. Mariana Navarro – Escola
Municipal Araucária

23. Marilda Catarina Alves do Prado
– Aposentada

24. Mauricio Priess da Costa –
Escola Municipal Rolândia

25. Monica Assunção Bailone –
Escola Municipal Jardim Santos
Andrade e Escola Municipal de
Educação Especial Tomaz Edson

26. Patrícia Souza Silva – Escola
Municipal Joana Raksa

27. Pedro Alcântara Pereira Neto –
Escola Municipal Sophia Roslindo

28. Rafael Alencar Furtado – Escola
Municipal Padre João Cruciani

29. Raquel Soares – Escola Municipal
Ulisses Falcão Vieira

30. Rosana Faglionni Almeida –
Aposentada

31. Rosiane Mara Lopes de Camargo
– Escola Municipal Joaquim Távora

32. Sandra Regina Martins – Escola
Municipal Vila Zanon

33. Sheila Claudia Kozlowski –
Aposentada e Escola Municipal
Maria do Carmo Martins

34. Simone Lima Cordeiro Borman –
Escola Municipal Umuarama

35. Solange Perpétua Taurino –
Escola Municipal Graciliano Ramos

36. Suellem Tattiane de Melo –
Escola Municipal Vila Zanon

37. Tania Aparecida Camargo de
Almeida – Escola Municipal Osvaldo
Arns

38. Viviane Aparecida Bastos Pampu

– Escola Municipal Enéas Marques dos Santos

39. Wagner Hauer Argenton – Casa do Acantonamento

40. Wagner Rodrigues Batista – Escola Municipal Santa Ana Mestra



SISMINAC